

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA

Pregão Eletrônico nº 90024/2025

Objeto: Aquisição de Máquinas Pesadas

XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. (“Recorrido”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.707.364/0001-10, com sede situada na Rodovia Federal BR-381, sem número, km 844/855, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.556-830, por intermédio de seu procurador ‘*in fine*’ assinado e devidamente constituído, vem, perante Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 165, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e artigo 44, § 2º, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, cumulado com cláusula 13.7, do Edital, apresentar suas

CONTRARRAZÕES

aos termos do inócuo Recurso Administrativo interposto por **MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRÍCOLAS S/A.** (“Recorrente”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 00.970.771/0003-73, com sede situada na Rodovia Federal BR-070, sem número, km 19, Incra 9 - Núcleo Rural Alexandre Gusmão, Bairro Ceilândia Norte, no município de Brasília, Distrito Federal, CEP 72.276-010, o que faz pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

- [I] -

FUNDAMENTO DE FATO

1. O Recorrido participou do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, deflagrado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, tendo apresentado propostas para o Item 23 para o fornecimento de 380 unidades de Trator Agrícola, observando rigorosamente todas as exigências técnicas, jurídicas e documentais estabelecidas no Edital e seus Anexos.
2. Encerrada a etapa de lances, julgamento da proposta e verificação de habilitação, o Recorrido foi declarado vencedor do item supracitado, porquanto, além de apresentar proposta mais vantajosa, atendeu todas às exigências do instrumento convocatório.
3. Irresignado com essa decisão, insurge-se o ora Recorrente em sede recursal sob o ardiloso e evasivo argumento de que esta Insigne Comissão de Licitação incorreu em “erro” na aferição da proposta e da habilitação do Recorrido, almejando desconstituir julgamento pautado por critérios objetivos e vinculados ao instrumento convocatório.
4. Em apertada síntese, as razões recursais se ancoram em três pontos centrais:
 - I.1) a impugnação da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor – LCVM apresentada pela XCMG, sob a alegação de que o documento não conteria informações suficientes para permitir a correlação objetiva com o modelo ofertado;
 - I.2) a construção artificial de uma suposta divergência grave quanto à potência do motor do Trator, com o objetivo de sustentar que o equipamento ofertado possui motor com potência de 100 CV e, portanto, excede o intervalo editalício de 70 a 80 CV; e
 - I.3) ausência de comprovação da nacionalidade do trator, ainda que o Edital não contenha essa exigência e, sobretudo, admita a participação de produtos de origem estrangeira.
5. Todavia, as razões recursais, para além de revelarem o inconformismo subjetiva com o resultado que lhe fora desfavorável, consubstanciam-se em meras alegações desacompanhadas de qualquer prova idônea, desprovidas de verossimilhança e incapazes de infirmar a higidez do julgamento promovido por esta Ínclita Comissão de Licitação, razão pela qual o Recorrido passa a rechaçar, tópico por tópico, as teses aventadas pelo Recorrente, demonstrando-se, com rigor técnico, a absoluta improcedência do recurso:

-(I.1)-

Apresentação de LCVM Válida para o Item 23

6. O Recorrente sustenta que a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor – LCVM apresentada pelo Recorrido não permitiria verificação objetiva da regularidade, porque, ao consultar o portal do IBAMA, não teria localizado campos como “dados técnicos do equipamento”, “identificação clara do motor” e “validade”, concluindo, por ilação, que haveria irregularidade material a macular a habilitação do Recorrido.

7. Em apertada síntese, o Recorrente tenta converter uma suposta limitação de visualização em consulta pública (e/ou a consulta realizada em ambiente resumido de verificação) em prova de inexistência, nulidade ou incompatibilidade da LCVM, requerendo diligência e revisão do julgamento como se a alegada “estranheza” subjetiva fosse apta a infirmar a validade da LCVM expedida pelo IBAMA.

8. **Entrementes, o Recorrente não instruiu seu recurso administrativo com qualquer elemento probatório idôneo que demonstre que a LCVM apresentada pelo Recorrido: (i) seja inexistente; (ii) tenha sido revogada, suspensa ou cancelada; (iii) não tenha sido emitida pelo IBAMA; ou (iv) não seja compatível com o modelo ofertado, em afronta a regra prevista no artigo 373, inciso I, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, o que, ‘de per si’, impõe a improcedência do presente recurso.**

9. O recurso administrativo incorre em erro metodológico elementar: confunde o ato administrativo regulatório e a validade da LCVM, que é o documento formal emitido pelo IBAMA, com interfaces auxiliares de consulta pública, que podem exibir campos limitados, resumidos ou parametrizáveis, **sem que isso invalide, por si, o documento público oficial.**

10. Ainda que assim não o fosse, mas o é, o Recorrente limitou-se a explorar a data de emissão da LCVM e a suposta falha no sistema de autenticação disponibilizado pelo IBAMA para consulta pública, na qual o Recorrido não possui qualquer gerência sobre as informações disponibilizadas pelo IBAMA, na vã tentativa de transmutá-la em suposta irregularidade insanável, porém sua tese não passa de meras alegações desprovida de verossimilhança e incapaz de infirmar a higidez e a conformidade da LCVM apresentada pelo Recorrido para provar a regularidade do trator ofertado no item 23, do presente certame.

11. No caso em tela, o Recorrido apresentou a LCVM apta a comprovar que o Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, ofertada para o item 23, do certame, atende as fases exigidas do PROCONVE, em estrita observância as regras previstas nas cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Anexo I – Termo de Referência, *ipsis litteris* (sem grifo):

- Anexo I – Termo de Referência:

“4.2.3. Só será admitida a oferta de equipamentos, nacionais ou importados, que possuam a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ("LCVM") fase de atendimento MAR - I;
4.2.4. No momento da habilitação, o adjudicatário deverá apresentar a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ("LCVM") emitida pelo Ibama que evidencie ao atendimento às fases exigidas do PROCONVE;”

12. O núcleo normativo da cláusula supracitada consiste em provar a existência de LCVM válida, expedida pelo IBAMA, apta a demonstrar que o produto nacional ou estrangeiro ofertado atende às fases do PROCONVE e, por consectário lógico, encontra-se regularmente habilitado à comercialização no mercado nacional.

13. Nesse contexto, a LCVM apresentada pelo Recorrido para o trator ofertado foi analisada pela Comissão de Licitação, no âmbito da fase de habilitação, tendo o próprio MAPA concluído pelo atendimento integral das exigências editalícias:

- Despacho MAPA 22 (49358725) SEI 21000.042507/2025-77:

“Para o item 23, foi apresentada a LCVM da marca/modelo I/MA XCMG/XT804 5EBR/, válida até 31/12/2026, comprovando o atendimento à fase MAR-I do PROCONVE. Documento LCVM XT804 5EBR (49326106)”

14. Conforme consignado no julgamento administrativo, para o Item 23 foi apresentada a LCVM do Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, válida até 31/12/2026, a qual comprova o atendimento à fase MAR-I, do PROCONVE, em estrita consonância com o quanto exigido nas cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Anexo I – Termo de Referência.

15. Trata-se, portanto, de juízo técnico, lastreado em documentação ambiental idônea e válida, que reconheceu a suficiência da LCVM apresentada, afastando a tese recursal de ausência de comprovação ambiental ou de suposta irregularidade material.

16. De outra feita, a insurgência do Recorrente não apenas carece de prova, como pretende substituir o critério técnico já exercido por esta Colenda Comissão de Licitação por uma leitura subjetiva e particular do Edital e seus Anexos, o que, com a devida vênia, não se pode admitir à luz dos princípios do julgamento objetivo, da vinculação ao Edital e da presunção de legitimidade dos atos administrativos.

17. Diferentemente da peculiar interpretação conferida pelo Recorrente, o Edital e seus Anexos **não** exigiram que o licitante demonstre a integridade de todos os campos do banco de dados do IBAMA em determinada página de consulta; **exigem apenas a apresentação da LCVM, documento público oficial emitido pelo IBAMA.**

18. Por consequência, a tese recursal não se sustenta: ainda que o Recorrente, por deficiência de consulta, por limitação de acesso, por parametrização do sistema do IBAMA, ou por simples desconhecimento do funcionamento do portal, não visualize todos os campos desejados em determinada tela, tal circunstância não se transmuta em vício do documento, nem autoriza concluir, por presunção, a irregularidade da LCVM emitida pelo IBAMA.

19. Ao revés, o próprio recurso apresenta a tela que comprova que a LCVM é verificável por autenticidade, na medida em que confirma que a licença é válida para o Recorrido, com a respectiva identificação do solicitante e número de licença, o que, longe de infirmar, reforça a regularidade da LCVM apresentada neste certame:

Esta Licença é válida para a XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA.
Que ampara os dados da Licença abaixo.

Verificar Autenticidade

Assinatura Digital:

Código da Assinatura Digital: 4691097CA56F6D39E0630C6E5A0A06D2

Verificar Autenticidade Limpar

Dados da Licença

Nº da Licença: 103725

Data de Emissão da Licença: 22/12/2025

Validade da Licença:

Nome Solicitante: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA

CNPJ Solicitante: 14.707.364/0001-10

Combustível:

Motor:

Transmissão:

Tipo da Solicitação:

Quantidade: Ilimitado

(*) preenchimento obrigatório

(Imagem 01 – Reprodução das Razões Recursais)

20. Todavia, o Recorrente utiliza essa tela de validação de autenticidade do portal do IBAMA para sustentar a tese de que haveria “irregularidade” na LCVM sob o evasivo argumento de que determinados campos não estariam integralmente visíveis.
21. Tal raciocínio, porém, padece de vício lógico e técnico: o Recorrente confunde a finalidade do ambiente eletrônico de verificação, voltado à confirmação de autenticidade e vinculação da LCVM ao solicitante, com o conteúdo integral do procedimento administrativo de licenciamento ambiental.
22. A imagem arrimada ao texto do recurso é eloquente ao consignar, em destaque, a mensagem: “Esta Licença é válida para a XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.”, o que, por si só, cumpre o objetivo primário da página: atestar a veracidade da LCVM e a sua vinculação ao solicitante.
23. Além disso, a mesma tela identifica de forma objetiva o número da licença nº 103725 e a data de emissão em 22/12/2025, bem como o Nome do Solicitante XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. e o CNPJ, elementos suficientes para demonstrar que se trata de ato administrativo existente, rastreável e verificável.
24. Perceba, Vossa Senhoria, que existe uma contradição interna que fragiliza o recurso em sua própria raiz: ao mesmo tempo em que o Recorrente sustenta que a LCVM não permitiria “verificação objetiva” por suposta ausência de campos, ele próprio reconhece, e se vale, da existência de ambiente oficial específico para validação de autenticidade, mediante o qual se confirma a vinculação do ato ao solicitante e se identifica o número da licença.
25. A alegação de ausência de informações em certos campos, em vez de evidenciar irregularidade, apenas revela uma circunstância absolutamente corriqueira em sistemas públicos: a existência de interfaces de consulta resumida, com exibição parcial de dados, destinadas à verificação de autenticidade, e não à reprodução integral de todos os atributos técnicos do licenciamento.
26. Destarte, a conclusão pretendida pelo Recorrente equivale a afirmar que, porque a plataforma de verificação não exhibe todo o conteúdo técnico detalhado, o ato seria irregular, o que não se sustenta.

27. Sublinhe-se, ademais, que a Recorrida não possui qualquer gerência sobre o modo de apresentação dos dados no portal de autenticidade disponibilizado pelo IBAMA, tampouco sobre a estrutura de campos, rotinas de publicação, sincronização de bases, parametrizações internas ou limitações de exibição do sistema público.

28. É dizer: ainda que determinada interface não apresente, em tela, a totalidade de informações desejadas pelo Recorrente, tal circunstância não pode ser imputada ao licitante como se fosse vício de sua documentação apresentada; trata-se de elemento externo à sua esfera de domínio e, portanto, incapaz de desconstituir a presunção de legitimidade do documento público oficial emitido por órgão competente.

29. Em arremate, a tentativa recursal de transformar a ferramenta de verificação em requisito adicional de habilitação, exigindo completude de campos em página específica do site, representa inovação indevida no certame, pois desloca o debate do que o Edital efetivamente exige (LCVM válida) para um suposto “padrão de visualização” no site do IBAMA que não está previsto no instrumento convocatório.

30. A irregularidade sustentada pelo Recorrente, se existisse, demandaria prova concreta e objetiva de que a LCVM apresentada pelo Recorrido seria inexistente, inválida, revogada, suspensa ou incompatível com o objeto licitado. Nada disso foi demonstrado, porquanto a insurgência recursal se limita a inferências extraídas de uma consulta eletrônica meramente informativa, incapaz de infirmar a validade da LCVM.

31. Pondera-se: o ato administrativo de licenciamento ambiental, materializado na LCVM regularmente expedida pelo IBAMA, constitui documento público oficial, **sendo vedado à Administração Pública recusar-lhe fé**, à luz do artigo 19, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cumulado com o artigo 117, inciso III, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, *in verbis* (sem grifo):

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

“Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(omissis)

II - recusar fé aos documentos públicos;”

- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990:

“Art. 117. Ao servidor é proibido:

(omissis)

III - recusar fé a documentos públicos;

32. Desse modo, uma vez emitida a LCVN por órgão ambiental competente, no exercício regular de atribuição legal, não pode esta Insigne Comissão de Licitação simplesmente desconsiderar, relativizar ou submeter a juízo subjetivo de validade o referido documento, salvo mediante prova robusta e inequívoca de nulidade, falsidade ou invalidade, o que, repisa-se à exaustão, não se verifica no caso concreto.

33. A pretensão recursal de esvaziar a eficácia jurídica da LCVN com base em meras limitações de interface de consulta pública ou em ausência de visualização de determinados campos em ambiente eletrônico resumido afronta diretamente o regime constitucional de fé pública dos documentos públicos, convertendo suspeita infundada em critério de invalidação do documento, o que é juridicamente inadmissível.

34. Por essa razão, inexistindo qualquer comprovação de vício formal ou material na LCVN apresentada, e sendo ela documento público dotado de fé pública, impõe-se o reconhecimento de sua plena validade e eficácia para fins de habilitação do Recorrido, porquanto goza de presunção de legitimidade e veracidade, afastando-se, por corolário, a insurgência recursal deduzida quanto a esse ponto.

35. Em rigor, admitir a tese recursal significaria substituir o ato administrativo formalmente válido por uma leitura casuística de interfaces eletrônicas, elevando o meio de consulta à condição de requisito substantivo de habilitação, sem qualquer respaldo no Edital ou na legislação de regência. Tal conclusão não se coaduna com os princípios do julgamento objetivo, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório.

36. No caso concreto, o Termo de Referência é cristalino ao exigir LCVN válida, emitida pelo IBAMA, evidenciando atendimento à fase MAR-I do PROCONVE, e tal requisito foi efetivamente atendido pelo Recorrido, não sendo lícito ao Recorrente criar, por via oblíqua, um “padrão de visualização” em página eletrônica como condição adicional de habilitação.

37. Portanto, a circunstância apontada pelo Recorrente, longe de revelar irregularidade da LCVM apresentada, evidencia apenas uma limitação inerente ao ambiente de consulta pública disponibilizada pelo IBAMA, a qual não se projeta sobre a validade da LCVM, nem autoriza qualquer juízo negativo sobre a regularidade da habilitação do Recorrido.

38. De todo modo, e apenas para afastar qualquer hesitação residual, ‘*ad argumentandum tantum*’, o Recorrido apresenta os elementos de confirmação que demonstram a correspondência entre (i) a LCVM formal apresentada, (ii) a validação no ambiente público do IBAMA e (iii) com a identificação do modelo ofertado no certame:



(Imagem 02 – LCVM no Site do IBAMA – Trator XCMG, modelo XT804-5EBR)



(Imagem 03 – LCVM no Site do IBAMA – Motor Modelo SC4H80.5G3)

39. Conforme se verifica da própria consulta realizada no sítio eletrônico do IBAMA, há identificação clara e objetiva do motor vinculado à LCVM, na medida em que consta expressamente o modelo do motor SC4H80.5G3, informação suficiente para individualizar o conjunto motriz licenciado e afastar qualquer alegação de indeterminação ou incerteza técnica alegada pelo Recorrido.

40. Essa identificação converge integralmente com o motor descrito no catálogo técnico do produto apresentado pelo Recorrido no presente certame, no qual se indica, de forma expressa e detalhada, o motor SC4H80.5G3, atendendo emissão fase MAR-I / Tier III, conforme se verifica na imagem abaixo:

Motor	Fabricante	-	Shangchai
	Modelo	-	SC4H80.5G3 cilindros
	Emissão		MAR-I/Tier III
	Admissão	-	Turbo intercooler
	Rotação na potência máxima	rpm	2300
	Potência	kW (cv)	58.8 (80)

(Imagem 04 – LCVM no Site do IBAMA – Motor Modelo SC4H80.5G3)

41. Perceba-se, portanto, que os próprios elementos oficiais de consulta do IBAMA operam em sentido diametralmente oposto a tese advogada pelo Recorrente: longe de revelar “lacuna” ou “incompatibilidade”, evidenciam, de modo objetivo e verificável, a correspondência técnica entre o motor licenciado SC4H80.5G3 e o motor declarado no catálogo do Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, ofertado para o item 23.

42. Daí porque não subsiste a narrativa recursal de que a LCVM não permitiria “correlação” com o produto ofertado. Ao contrário: a correlação é direta, linear e verificável, pois (i) o site do IBAMA identifica o modelo do Trator XT804-5EBR, (ii) indica o motor vinculado à licença SC4H80.5G3; e (iii) o catálogo técnico apresentado reproduz o mesmo conjunto motriz, inclusive com enquadramento ambiental MAR-I, afastando qualquer dúvida razoável quanto ao atendimento das cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Termo de Referência.

43. Nesse contexto, a alegação recursal de que a LCVM seria “genérica” ou “incapaz de correlação técnica” não resiste à simples leitura das informações disponibilizadas no próprio portal do IBAMA, o que reforça o caráter meramente retórico e inconformista da insurgência recursal, desprovida de aderência fática e jurídica.

44. A partir desses elementos, extrai-se, com segurança, que a LCVM apresentada é autêntica, verificável e vinculada ao solicitante, evidenciando, por consequência, o atendimento ao requisito editalício, inexistindo qualquer base técnica ou jurídica para a conclusão recursal de “falha material”.

45. Acrescente-se que a insistência do Recorrente em atribuir relevo decisivo à circunstância de a licença ter sido “emitida nos últimos dias de dezembro” não passa de insinuação temporal desprovida de lastro normativo. Não existe, no Edital qualquer regra que condicione a validade do ato administrativo a período do ano, nem tampouco presunção de irregularidade fundada em data de emissão.

46. A bem da verdade, a emissão da LCVM em 22/12/2025, com validade até 31/12/2026, evidencia apenas que se trata de licença vigente e eficaz no tempo do certame, preenchendo o requisito editalício tal como posto: existência de LCVM MAR-I válida e apta a evidenciar atendimento ao PROCONVE.

47. Outro ponto que merece enfrentamento direto, e que revela o caráter expansivo e inovador da insurgência, é a tentativa de o Recorrente impor à habilitação a apresentação de “ensaios laboratoriais oficiais”, “certificação formal do motor” e outros documentos internos ao procedimento de licenciamento ambiental, como se tais artefatos fossem, por si, requisitos autônomos de habilitação.

48. Essa pretensão é manifestamente indevida. As cláusulas 4.2.3 e 4.2.4 do Termo de Referência são claras ao elegerem o meio de prova: LCVM emitida pelo IBAMA que evidencie o atendimento às fases exigidas do PROCONVE, em especial a fase MAR-I. Não há exigência de juntada de ensaios laboratoriais, relatórios de teste ou “certificações complementares” como condição de habilitação.

49. Os elementos técnicos internos que embasam a emissão de uma LCVM – laudos, testes, relatórios e demais documentos do processo administrativo ambiental – integram o procedimento regulatório conduzido pelo IBAMA e não se confundem com documentos de habilitação exigíveis no certame, salvo se o edital expressamente assim determinasse, o que não ocorreu. Exigir tais documentos, ex post facto, equivaleria a criar requisito não previsto, em afronta à vinculação ao instrumento convocatório.

50. Desse modo, a insurgência recursal não merece prosperar, pois o Recorrente pretende esvaziar a exigência editalícia para apresentação do LCVM mediante a solicitação de novos documentos não abrangidas pelo Edital como se estes fossem requisitos autônomos de habilitação, em afronta ao artigo 62, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

51. **Por todo o exposto, requer-se seja negado provimento ao recurso administrativo a fim de que seja mantida a veneranda decisão que declarou a XCMG Brasil vencedora do Item 23, do certame, notadamente por ter comprovado o atendimento às exigências ambientais mediante a apresentação de LCVM válida, regular e compatível, em estrita observância às cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Anexo I – Termo de Referência.**

-(I.2)-

Atendimento a Exigência de Motor com Potência entre 70 a 80 CV

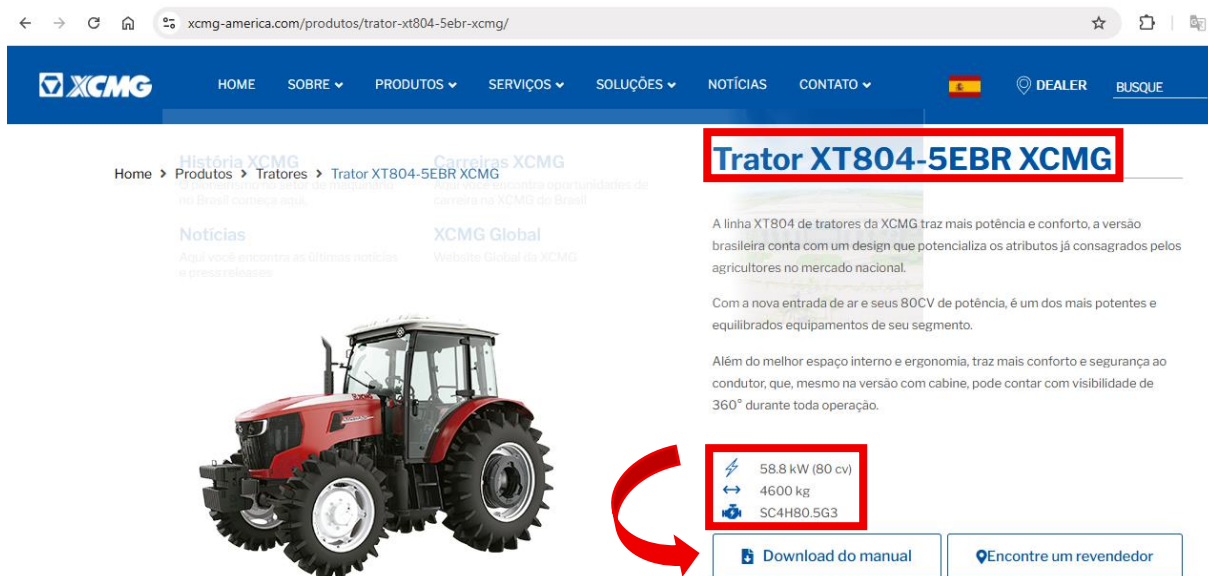
52. O Recorrente sustenta a existência de suposta divergência quanto à potência do motor do Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, ofertado pelo Recorrido no Item 23, afirmando que, embora o edital limite a potência entre 70 CV e 80 CV, no site oficial do próprio fabricante constar-se-ia que o referido produto possuiria potência de 100 CV, anexando uma imagem do suposto site do fabricante para tentar conferir aparência de prova a uma alegação que permanece desprovida de qualquer prova técnica e/ou idônea.

53. Com a devida vênia, a narrativa recursal pretende equiparar (i) uma suposta captura de tela não autenticada, de origem e contexto desconhecidos, a (ii) documentos técnicos formais (proposta e catálogo) elaborado pelo próprio fabricante e efetivamente submetidos ao presente certame, e, a partir dessa equiparação artificial, concluir pela “contradição insanável” e pela necessária revisão do julgamento com a desclassificação do Recorrido.

54. Todavia, o Recorrido, na qualidade de fabricante do produto ofertado para o item 23, desconhece a suposta imagem utilizada pelo Recorrente como se fosse “prova cabal” de potência de 100 CV, seja porque o recurso não demonstra a origem verificável do conteúdo (URL, data/hora, identificação de página, caminho de navegação, metadados), seja porque não comprova que tal material corresponda ao site oficial e atualizado da XCMG Brasil, muito menos ao exato modelo e configuração submetidos ao certame.

55. É dizer: o recurso se vale de um “print” como se fosse documento dotado de fé pública, porém não demonstra cadeia mínima de autenticidade, não comprova integridade do conteúdo e tampouco indica parâmetros objetivos para aferição do suposto dado. Por isso, a alegação não ultrapassa o plano retórico – e, por si só, não é apta a infirmar a proposta e o catálogo técnico apresentados pelo Recorrido, fabricante do produto ofertado.

56. De outro vértice, exatamente para evitar que o debate seja rebaixado ao terreno movediço de capturas de tela descontextualizadas, o Recorrido apresentará o endereço eletrônico oficial <<https://www.xcmg-america.com/produtos/trator-xt804-5ebr-xcmg/>> em que se encontra a especificação do modelo ofertado, demonstrando que o produto possui motor com potência de 80 CV, em plena aderência ao intervalo previsto no Termo de Referência:



(Imagem 05 – Site Oficial XCMG – Trator XT804-5EBR – Motor modelo SC4H80.5G3 com potência de 80cv. Disponível em <<https://www.xcmg-america.com/produtos/trator-xt804-5ebr-xcmg/>>).

57. A referida página oficial não se limita a exibir informações resumidas em ambiente web, mas disponibiliza para download o catálogo técnico do próprio produto, contendo as especificações completas do modelo ofertado, inclusive a identificação do conjunto motriz e a potência nominal, em documento estruturado, padronizado e destinado precisamente a veicular informações técnicas verificáveis ao mercado.

58. Trata-se de circunstância juridicamente relevante, pois afasta, de modo objetivo, a tentativa do Recorrente de sustentar “divergência” com base em captura de tela isolada e não autenticada: ao disponibilizar o catálogo oficial para download, o site oferece fonte documental íntegra e rastreável, apta a comprovar, de forma inequívoca, que o trator XT804-5EBR é equipado com motor SC4H80.5G3, com potência de 80 CV, exatamente como declarado na proposta e exigido no Termo de Referência:

Motor	Fabricante	-	Shangchai
	Modelo	-	SC4H80.5G3 4 cilindros
	Emissão	-	MAR-I/Tier III
	Admissão	-	Turbo intercooler
	Rotação na potência máxima	rpm	2300
	Potência	kW (cv)	58.8 (80)

(Imagem 06 – Catálogo do Trator – Potência do Motor de 80cv)

59. Ademais, o catálogo disponibilizado no site oficial é idêntico ao catálogo apresentado pelo Recorrido no presente certame, reproduzindo o mesmo conjunto de especificações técnicas essenciais (motor, potência, regime de emissão e demais parâmetros), o que evidencia a coerência documental entre: (i) a documentação técnica juntada na licitação; e (ii) a documentação técnica publicizada oficialmente pelo fabricante, afastando qualquer alegação de divergência em relação a potência do motor.

60. Nesse cenário, o Trator ofertado pelo Recorrido foi analisada pela Insigne Comissão de Licitação, no âmbito da fase de julgamento da proposta, tendo o próprio MAPA concluído pelo atendimento integral das exigências editalícias:

Tabela 1: Critérios do Termo de Referência - Trator Agrícola		
Especificações do TR	Especificações do produto ofertado	Critério
Despacho 14 (49346675) SEI 21000.042507/2025-77 / pg. 1		
Ano/modelo 2025 ou posterior (zero Horas)	2025 ou posterior, (zero Horas) / modelo XT804-5EBR	1
Tração por pneus 4x4	Tração por pneus 4x4	2
Motor com no mínimo de 3 cilindros a Diesel/Biodiesel	motor com 4 cilindros a Diesel	3
Potência de 70 CV - 80 CV	Potência de 80 CV	4
Cabine fechada com ar condicionado	Cabine fechada com ar condicionado	5
Transmissão com mínimo de 10 marchas à frente e mínimo de 10 marchas à ré	Transmissão com 12 marchas à frente e de 12 marchas à ré	6
Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico	Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico	7
Direção assistida	Direção assistida (hidrostática)	8
Embreagem dupla	Embreagem dupla	9
Freios de serviço a disco	Freios de serviço a disco	10

3. CONCLUSÃO

3.1. Diante do exposto, entende-se, s.m.j, que a proposta apresentada pela empresa **XCMG Brasil Industria LTDA** para o **item 23**:

3.1.1. Com relação aos critérios 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10 da Tabela 1 apresentada anteriormente, a empresa **ATENDEU** em sua totalidade os requisitos constantes na Tabela 1.

3.1.2. Com relação aos critérios 3 e 6 da Tabela 1, embora diferente do apresentado no Termo de Referência, a empresa **ATENDEU** os requisitos constantes na Tabela 1, visto que não existe objeção quanto a superioridade apresentada.

3.2. Diante do exposto, informa-se a **aceitação da proposta para o item 23** apresentada pela empresa **XCMG Brasil Industria LTDA**, tendo em vista que atende a todas as especificações do Termo de Referência.

(Imagem 07 – Trecho do Despacho 14 (49346675) SEI 21000.042507/2025-77)

61. Conforme se extrai do despacho adrede, o MAPA procedeu à análise das especificações do trator ofertado para o Item 23, confrontando-as com os requisitos previstos no Termo de Referência, e reconheceu o atendimento do critério de potência, assentando que o equipamento ofertado se enquadra no parâmetro exigido.

62. Trata-se, pois, de juízo administrativo técnico e motivado, emanado do órgão competente, que examinou o conjunto documental do certame (proposta e catálogo) e concluiu, de forma positiva, pela conformidade do motor ofertado, conclusão esta que goza de presunção de legitimidade e veracidade e somente poderá ser desconstituída mediante prova robusta e inequívoca em sentido contrário, o que não foi satisfeito pelo Recorrente.

63. Nesse cenário, a pretensão recursal de reabrir discussão já superada pelo julgamento administrativo, amparando-se em “print” de origem desconhecida, revela-se frágil: não apenas carece de autenticidade e de densidade probatória, como colide frontalmente com a constatação formal do MAPA, que reconheceu o atendimento das especificações técnicas do Item 23, inclusive quanto à potência do motor.

64. Destarte, a alegação de suposta potência de 100 CV não resiste ao confronto com o elemento decisivo do procedimento: o ato administrativo de julgamento e aceitação da proposta, no qual o MAPA, após examinar os documentos apresentados pelo Recorrido, atestou a conformidade do equipamento com o parâmetro editalício, razão pela qual se impõe o integral afastamento da tese recursal e a manutenção do resultado proclamado para o Item 23.

65. Ainda que assim não o fosse, mas o é, o Recorrido, na qualidade de fabricante do produto ofertado, apresentou proposta válida e se comprometeu perante o MAPA a fornecer o Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, dotado de motor com potência de 80cv, de modo que as especificações declaradas na licitação constituem compromisso firme de fornecimento do objeto nos exatos contornos ofertados – inclusive quanto à potência do motor.

66. Corroborando o exposto, o Edital atribui ao licitante a responsabilidade exclusiva por todas as transações efetuadas em seu nome no Sicafe e pela veracidade de propostas e lances, inclusive quando praticados por representante, devendo cumpri-los nos termos da cláusula 3.3, *ipsis litteris* (sem grifo):

- Edital:

“3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.”

67. A referida cláusula impede que o licitante se desobrigue dos atos praticados em ambiente eletrônico autenticado; e, ao mesmo tempo, resguardar a Administração Pública quanto à imputação de condutas praticadas com as credenciais do fornecedor.

68. Não obstante, o Edital também estabelece que as especificações contidas na proposta vinculam o licitante e que a apresentação das propostas implica obrigatoriedade de cumprimento integral, em observância as regras previstas nas cláusulas 6.2 e 6.8, do instrumento de convocação, *ipsis litteris* (sem grifo):

- Edital:

“6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

(omissis)

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.”

69. Nesse contexto, ao apresentar proposta para o fornecimento de Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, com motor SC4H80.5G3 com potência de 80cv para o item 23, do presente certame, o Recorrido assumiu para o MAPA, por declaração expressa, a vinculação às condições editalícias, obrigando-se a fornecer o referido produto com potência de 80cv em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

70. Não há qualquer margem jurídica para o Recorrido fornecer Trator diverso daquele descrito na proposta e vinculado ao presente certame, sob pena de incorrer em consequências gravíssimas no plano contratual, administrativo e até criminal.

71. A gravidade jurídica da conduta aqui e ora imputada pelo Recorrente - no sentido de que o Recorrido entregará produto com especificação técnica diversa do que consta na proposta - é tamanha que o Edital e seus Anexos estipularam a possibilidade de recusa no recebimento de produto diverso, a penalidade administrativa pela inexecução do contrato e a prática de delito específico previsto no artigo 337-L, do Código Penal.

72. Portanto, a arquitetura normativa do regime de contratações públicas contém mecanismos robustos de coerção e responsabilização que tornam irracional a suposição recursal de entrega futura divergente. A proposta apresentada pelo Recorrido e aceita pelo MAPA é compromisso vinculante; a execução contratual será fiscalizada; e qualquer divergência material enseja consequências graves. Logo, a tese do Recorrente não passa de conjectura retórica, desprovida de lastro fático e incompatível com a realidade jurídica.

73. Admitir a narrativa do Recorrente, como se fosse plausível que o Recorrido declarasse motor com potência de 80 CV, tivesse sua proposta aceita, e ainda assim pudesse entregar produto com potência de 100 CV, implicaria presumir que este fabricante se disporia a praticar conduta suscetível de enquadramento penal, além de sujeitá-lo a sanções administrativas severas, rescisão contratual, multas, glosas, perdas e danos e impedimentos de contratar com o Poder Público Federal.

74. Ao revés, o histórico de regularidade e adimplemento contratual do Recorrido é público e notório, tendo a empresa, ao longo dos últimos anos, realizado fornecimentos em licitações públicas que superam a cifra de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), sem notícia de descumprimento contratual, glosas por entrega divergente, ou sanções administrativas perante o Poder Público Federal por inexecução, substituição indevida de bens ou fornecimento de produto em desconformidade com as especificações pactuadas.

75. Trata-se de circunstância que reforça, com máxima contundência, a improcedência da tese do Recorrente: não há qualquer elemento objetivo que autorize presumir que o Recorrido, fabricante global, com estrutura de compliance, cadeia de rastreabilidade e reputação institucional consolidada, se arriscaria em fornecer produto diverso ao MAPA.

76. Por conseguinte, a alegação de risco de fornecimento de produto diverso não pode ser utilizada como sucedâneo probatório para infirmar a aceitação da proposta: sem demonstração concreta de descumprimento do requisito editalício, deve prevalecer o julgamento objetivo desta Comissão de Licitação, mantendo-se hígida a decisão que reconheceu a conformidade do Item 23 às especificações do Termo de Referência.

77. Ademais, o próprio recurso reconhece que o Edital delimitou objetivamente a potência do trator entre 70 CV e 80 CV, tentando extrair daí a conclusão de que a suposta divergência da potência para 100 CV importaria a desclassificação automática do Recorrido.

78. Essa premissa é falsa porque parte de fato não provado: não há demonstração de que o produto ofertado exceda 80 CV, em afronta ao artigo 373, inciso I, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, o que, *'de per si'*, impõe a improcedência do presente recurso.

79. Aliás, conforme resta de sobejo comprovado, não há “informação conflitante” nos documentos do certame: (i) o catálogo do produto submetido ao certame aponta a potência de 80 CV; (ii) a proposta apresentada no sistema reproduz o mesmo parâmetro; e (iii) os registros regulatórios convergem para a configuração de 80 CV, de modo que a exigência editalícia foi atendido por declaração formal do licitante e por documentação técnica correlata.

80. E apenas para afastar qualquer hesitação residual, destaca-se que o portal do IBAMA permite identificar dados do motor vinculado ao modelo licenciado, inclusive potência em kW, a qual pode ser convertida para CV; de modo que, verificada a potência de 59 kW, obtém-se valor equivalente a 80 CV, em aderência ao requisito do Termo de Referência:



(Imagem 03 – LCVm no Site do IBAMA – Motor Potência 59 kW – equivalente a 80 CV)

81. Deste modo, verificada a potência de 59 kW, tem-se a sua conversão para CV pela relação técnica padrão de $1 \text{ kW} = 1,35962 \text{ CV}^1$, resultando em aproximadamente 80 CV ($59 \times 1,35962$), atendendo a exigência do Edital e seus Anexos.

82. O cálculo é o seguinte:

- **Fator de conversão técnico:**
 $1 \text{ kW} = 1,35962 \text{ CV}$
- **Potência informada:**
59 kW
- **Conversão:**
 $59 \times 1,35962 = 80,21758 \text{ CV}$
- **Resultado:**
 $59 \text{ kW} \approx 80,22 \text{ CV}$

83. Aliás, o próprio modelo de identificação do motor constante dos documentos oficiais do IBAMA - SC4H80.5G3 contém elemento indicativo da classe de potência do conjunto motriz, na medida em que a nomenclatura adotada em motores dessa família usualmente incorpora, em sua estrutura, referência numérica associada à faixa de potência.

84. Com efeito, ainda que cada fabricante possua convenções internas de codificação, é tecnicamente corriqueiro que a designação do motor agregue, em seu sufixo numérico, um marcador de “classe” (p. ex., 80), utilizado justamente para identificar, de modo sintético, a configuração de potência para fins de padronização comercial-técnica.

85. No caso concreto, essa leitura é objetivamente confirmada pelo conjunto probatório: o motor identificado como SC4H80.5G3 é o mesmo motor indicado na documentação apresentada no certame e na validação pública do IBAMA; e a potência correspondente, quando expressa em kW no ambiente regulatório, revela-se compatível com o parâmetro de 80 CV, como já demonstrado pela conversão técnica ($59 \text{ kW} \approx 80,22 \text{ CV}$).

86. Daí porque a tentativa recursal de sugerir potência de “100 CV” perde qualquer aderência lógica: o motor é identificado como SC4H80.5G3 e compatível com o conjunto a potência em kW compatível com 80 CV.

¹ <https://alugagera.com.br/noticias/tabela-conversao-kw-kva-cv-hp>

87. Em outras palavras: o número “80” constante do código do motor não aparece no vácuo; ele se harmoniza com a potência indicada no catálogo oficial e com a potência regulatória em kW atribuída ao mesmo conjunto motriz, reforçando a conclusão de que a configuração ofertada está dentro do intervalo exigido no Termo de Referência (potência entre 70 a 80 CV), inexistindo qualquer contradição material.

88. Portanto, à luz da identificação do motor “SC4H80.5G3” e da convergência entre documentos técnicos do fabricante, validação regulatória e juízo administrativo do MAPA, deve ser rejeitada a tentativa do Recorrente de desqualificar o Item 23 com base em “prints” externos, porquanto a própria codificação do motor – corroborada pelos dados oficiais – converge para a potência de 80 CV.

89. Em louvor ao princípio da eventualidade, ainda que se admitisse, apenas por amor ao debate, a autenticidade da imagem colacionada pelo Recorrente – o que se repele –, a conclusão jurídica não se alteraria, porquanto eventual referência isolada a “100 CV” em ambiente externo e informacional não caracteriza vício material do objeto ofertado, mas, quando muito, erro formal e sanável em conteúdo auxiliar de divulgação, incapaz de macular a lisura da proposta e do catálogo técnico efetivamente apresentados no certame.

90. A rigor, o que o Recorrente pretende é impor a consequência mais gravosa do procedimento a partir de um elemento acessório e externo, ignorando que a Administração Pública dispõe de instrumentos próprios para sanar eventuais dúvidas ou divergências, sem formalismo estéril e sem ruptura do julgamento objetivo, notadamente quando inexistente qualquer demonstração de prejuízo ao interesse público, à isonomia ou à competitividade.

91. Nessa hipótese meramente conjectural, ainda que fosse crível a retórica sustentada pelo Recorrente, estar-se-ia diante de erro sanável, inclusive mediante a juntada do catálogo técnico oficial, já apresentado e idêntico ao disponibilizado para download, e por confirmação do motor identificado SC4H80.5G3 e da potência correspondente, sem qualquer alteração do conteúdo substancial da proposta.

92. **Por todo o exposto, requer-se seja negado provimento ao recurso administrativo também quanto ao alegado “excesso de potência”, mantendo-se a decisão que reconheceu o atendimento do Item 23, porquanto o Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, na configuração submetida ao certame, atende a potência entre 70 CV a 80 CV, inexistindo prova concreta de que o produto ofertado possui potência de 100 CV.**

-(I.3)-

Irrelevância da Nacionalidade do Produto

93. O Recorrente pretende deslocar o eixo do julgamento do Item 23 para um falso dilema quanto à “nacionalidade” do bem ofertado, como se a origem do produto constituísse critério de aceitabilidade da proposta ou causa automática de desclassificação, premissa que não encontra amparo no Edital e seus Anexos.

94. O instrumento convocatório não condiciona a aceitação do Item 23 à prova de “produto nacional”, tampouco estabelece qualquer vedação à oferta de bens de origem estrangeira; ao revés, o próprio Edital disciplina a hipótese de participação de empresas estrangeiras, inclusive com regramento de documentos equivalentes, tradução e apostilamento, o que evidencia que a nacionalidade não é elemento impeditivo do certame.

95. Assim, a alegação recursal, ao insinuar irregularidade pela suposta origem do produto, incorre em inovação argumentativa: tenta transformar uma categoria instrumental (origem para fins de preferência) em requisito substancial do objeto, como se o Edital houvesse restringido o universo competitivo a bens “nacionais”, o que simplesmente não ocorreu.

96. A rigor, a única utilidade jurídica da classificação de bem “nacional” no contexto do Edital é para viabilizar, quando cabível e quando utilizado pelo licitante, a aplicação do instituto da margem de preferência, como técnica de julgamento destinada a privilegiar determinados bens manufaturados nacionais que atendam parâmetros normativos específicos.

97. E o Edital é inequívoco ao tratar a margem de preferência como benefício condicionado (isto é, que pode ou não ser invocado), impondo à Administração Pública o dever de verificar se o licitante “se valeu da aplicação da margem de preferência” e, em caso positivo, se efetivamente “faz jus ao benefício aplicado”.

98. Em outras palavras: não é a nacionalidade do produto que governa a validade da proposta; o que o Edital disciplina é a regularidade do uso (ou não uso) do benefício da margem de preferência. Se não há invocação da margem de preferência, não há campo jurídico para tratar “origem” como vício capaz de macular a proposta.

99. E mais: o Edital explicita, com todas as letras, que, caso o licitante não comprove os requisitos para fazer jus ao benefício, a consequência jurídica é a reclassificação das propostas para fins de nova aplicação da margem de preferência, e não a desclassificação automática por suposta “nacionalidade”.

100. Logo, mesmo na hipótese, meramente argumentativa, de existir alguma inconsistência formal na indicação de origem do produto ofertado, o próprio regime editalício aponta a resposta adequada: correção do enquadramento do benefício, com preservação da competitividade e do julgamento objetivo.

101. Reforça-se: a margem de preferência não integra o núcleo essencial do objeto do Item 23, nem se confunde com as especificações técnicas de desempenho, potência, conformidade ambiental ou demais requisitos do Termo de Referência; trata-se de mecanismo acessório de julgamento, cujo emprego depende de manifestação do próprio fornecedor e de verificação administrativa.

102. Nesse contexto, é decisivo observar que o Recorrido **não** se valeu da margem de preferência no sistema, declarando, inclusive, não possuir conteúdo nacional para fins de fruição do benefício, razão pela qual, conforme consignado no Despacho 22 (49358725) SEI 21000.042507/2025-77, o MAPA registrou expressamente que “a licitante não utilizou a margem de preferência”, concluindo pela sua inaplicabilidade:

Margem de Preferência		
4.13. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890 /2024, conforme disposto na RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.	A licitante não utilizou a margem de preferência.	NÃO SE APLICA

103. Portanto, toda a linha recursal que tenta extrair efeitos invalidantes da “nacionalidade” cai por terra por ausência de interesse e de utilidade: não houve pleito de preferência, não houve pontuação, não houve reordenamento classificatório fundado em origem, não houve qualquer impacto no resultado.

104. E ainda que assim não fosse, mas não é, o Edital contempla a diretriz de saneamento de erros que não alterem a substância da proposta, reconhecendo, no capítulo de julgamento, que ajustes/correções devem se limitar a falhas que não modifiquem o conteúdo material do ofertado, justamente para evitar formalismo estéril e preservar a competitividade.

105. Aplicando-se o princípio da eventualidade, tem-se que, na pior hipótese para o Recorrido, eventual equívoco formal na indicação de origem seria, quando muito, passível de correção e/ou ratificação, porque não altera: (i) o preço; (ii) o objeto ofertado; (iii) a conformidade técnica; (iv) a regularidade ambiental; (v) a competitividade do certame; e (vi) a isonomia entre licitantes.

106. Aliás, o próprio Edital, ao disciplinar cadastro de reserva, evidencia que a lógica do procedimento desconsidera percentuais de margem de preferência “quando o objeto não atender aos requisitos” correlatos, reforçando que o instituto opera como variável eventual de classificação, e não como condição ontológica de validade do fornecimento.

107. Em síntese: (i) o Edital admite a participação de fornecedores estrangeiros e prevê, inclusive, como se dá a habilitação nesses casos; (ii) a “nacionalidade” não é requisito de habilitação ou de aceitabilidade da proposta; (iii) a margem de preferência é benefício condicionado e verificável; (iv) o Recorrido não a utilizou; e (v) eventual inconsistência seria, no máximo, saneável, sem prejuízo ao certame.

108. Por conseguinte, deve ser repelida, em sua inteireza, a alegação recursal de irregularidade por “nacionalidade” do produto, por absoluta falta de suporte editalício, por ausência de prejuízo e por indevida tentativa de converter instituto acessório (margem de preferência) em requisito substantivo de desclassificação, o que não se admite à luz do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório.

109. **Diante de todo o exposto, resta incontroverso que a insurgência recursal quanto à “nacionalidade” do produto é juridicamente irrelevante para a aceitabilidade da proposta e faticamente inócua para o resultado do certame, pois o Edital admite bens nacionais e estrangeiros, e o Recorrido não utilizou a margem de preferência para produto nacional, impondo a improcedência do presente recurso, mantendo-se hígida a decisão administrativa que declarou o Recorrido vencedor do Item 23.**

-[II]-
FUNDAMENTO DE DIREITO

-[II.1]-
A SUBORDINAÇÃO DO ESTADO AS REGRAS DO EDITAL
VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DO JULGAMENTO OBJETIVO

110. Conforme demonstrado nos tópicos I.1, I.2 e I.3, o recurso administrativo não revela qualquer vício material do Item 23, mas, ao revés, intenta converter (i) limitações de visualização em portal público, (ii) “prints” descontextualizados e desprovidos de autenticidade e (iii) categorias acessórias de julgamento (margem de preferência), em causas artificiais de desclassificação, sem densidade probatória e em manifesta colisão com o regime de vinculação ao instrumento convocatório.

111. Em rigor, o Recorrente não enfrenta o núcleo normativo do Edital e do Termo de Referência; tenta, isto sim, reescrevê-lo “ex post facto”, inserindo, por via oblíqua, requisitos não previstos, como se o procedimento licitatório pudesse ser dirigido por percepções subjetivas de consulta eletrônica, por impressões não autenticadas de páginas externas e por conjecturas sobre risco de entrega futura divergente.

112. Primeiro, o Recorrente procura esvaziar a eficácia da LCVN, documento público oficial emitido por órgão ambiental competente, mediante a alegação de que determinados “campos” não teriam sido visualizados em ambiente de consulta pública, como se a completude de uma interface eletrônica fosse requisito editalício autônomo de habilitação, apto a infirmar ato administrativo dotado de presunção de legitimidade e fé pública.

113. Ocorre que o Termo de Referência foi cristalino ao eleger o meio de prova: apresentação de LCVN válida emitida pelo IBAMA, evidenciando atendimento às fases exigidas do PROCONVE. Não há, no Edital, qualquer imposição de “padrão de visualização”, “print integral do sistema” ou “exibição completa de banco de dados”, razão pela qual a pretensão recursal configura inovação indevida e afronta direta à vinculação ao edital.

114. Não obstante, o Recorrente recorre ao mesmo expediente, agora sob a roupagem de “divergência de potência”: tenta equiparar captura de tela de origem desconhecida, supostamente indicando 100 CV, a documentos técnicos formais e vinculantes

do certame (proposta e catálogo), além do juízo técnico já externado pelo MAPA no julgamento da proposta, que reconheceu o enquadramento do equipamento ofertado no parâmetro do Termo de Referência (motor com potência entre 70 a 80 CV).

115. É dizer: pretende-se substituir o julgamento objetivo, ancorado em proposta cadastrada, catálogo técnico apresentado e análise administrativa motivada, por um elemento externo, apócrifo e não verificável, invertendo-se o ônus lógico do procedimento e convertendo suspeita em presunção de irregularidade, sem qualquer prova técnica idônea e em afronta à racionalidade mínima do pregão eletrônico.

116. Além disso, a própria estrutura normativa do certame (vinculação da proposta, responsabilidade do licitante pelos atos no sistema, obrigatoriedade de cumprir as especificações ofertadas e fiscalização de recebimento) torna juridicamente irrazoável a narrativa de que o Recorrido “declararia 80 CV e entregaria 100 CV”, sobretudo porque eventual entrega divergente atrairia consequências gravíssimas no plano contratual, administrativo e até penal, o que evidencia o caráter meramente retórico da alegação.

117. Por fim, o Recorrente tenta deslocar o debate do plano objetivo para um falso dilema relativo à “nacionalidade” do bem ofertado, como se a origem do produto fosse critério de aceitabilidade da proposta ou causa automática de desclassificação, quando o Edital admite bens nacionais e estrangeiros e apenas confere relevo à classificação de origem para fins de margem de preferência, instituto acessório e condicionado.

118. Deveras, a única pertinência jurídica da “nacionalidade” no contexto do Edital é viabilizar, quando invocada pelo licitante e quando aplicável, a margem de preferência, não havendo qualquer regra que erija a origem do bem em requisito de habilitação ou de aceitabilidade. E, no caso concreto, o Recorrido não utilizou a margem de preferência, tendo o próprio MAPA consignado expressamente sua inaplicabilidade, o que fulmina, por ausência de utilidade e de prejuízo, toda a construção recursal.

119. Assentadas essas premissas fático-jurídicas — e com especial relevo para o caráter objetivo e verificável de cada requisito atendido pelo Recorrido —, impõe-se enfrentar a questão sob o ângulo dos princípios que regem a Administração Pública e, com maior rigor, os procedimentos licitatórios, porquanto é precisamente nesse plano que a improcedência do recurso se revela ainda mais evidente.

120. É pressuposto inquestionável do Estado de Direito a subordinação do Estado ao ordenamento jurídico vigente e, como notório, no âmbito da Administração Pública, tal pressuposto se traduz na observância dos princípios da legalidade e impessoalidade positivados no artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, *in verbis* (sem grifo):

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

“Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade**, moralidade, publicidade e eficiência.”

121. No âmbito específico das licitações, a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e, em especial no âmbito do pregão eletrônico, o Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, consagraram expressamente a observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo para impedir que o procedimento seja capturado por formalismos indevidos, subjetivismos oportunistas ou reinterpretações ‘*ex post*’ das regras do certame, *ipsis litteris* (sem grifo):

- Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade, da impessoalidade**, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica**, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.”

* * * *

- Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019:

“Art. 2º **O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo**, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

122. Do exposto acima, depreende-se que a atividade administrativa deve ser exercida em absoluta conformidade com a Lei e com os princípios inerentes. Dessa premissa extrai-se a seguinte fórmula: **a Administração Pública e os interessados estão vinculados e obrigados ao cumprimento dos termos e condições previstos no Edital.**

123. Acrescentando-se, cite-se como inarredável a observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, com relação ao qual Diógenes Gasparini esclarece:

“(...) estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento. (...)”

124. Nesse toar é a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna”. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. Para tanto, a Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar. (...)”

125. No mesmo sentido assevera José dos Santos Carvalho Filho:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. (...)”

126. Sem embargos de duntas opiniões em sentido contrário, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório assume relevo nuclear para o julgamento das propostas e para a análise da habilitação no presente certame, porquanto constitui verdadeira cláusula de estabilidade do procedimento licitatório: impede, de um lado, a alteração casuística – e, não raro, oportunista – dos critérios de julgamento ao longo do certame; e, de outro, assegura aos interessados previsibilidade, segurança jurídica e plena ciência, desde a publicação do Edital, acerca do conteúdo, extensão e finalidade das exigências formuladas pela Administração Pública, preservando-se, assim, a isonomia, o julgamento objetivo e a própria higidez do procedimento licitatório.

127. Evita-se, data máxima vênia, qualquer brecha para privilegiar ou perseguir quem quer que seja, em louvor aos princípios da moralidade administrativa, da impessoalidade e da probidade, na medida em que a vinculação ao instrumento convocatório atua como verdadeiro “freio de contenção” contra discricionariedades impróprias: não se admite que a Administração Pública flexibilize, recrudesça ou releia, ao sabor das conveniências do momento, as regras que ela própria estabeleceu; tampouco se tolera que licitantes pretendam subverter o procedimento mediante interpretações interessadas, exigências extemporâneas ou formalismos não previstos, pois, em ambos os casos, a consequência é a mesma – a corrosão do julgamento objetivo e a ruptura da paridade de armas que deve reger o certame.

128. Portanto, o Edital torna-se Lei entre as partes, assemelhando-se, em sua estrutura, a contrato de adesão cujas cláusulas são unilateralmente estabelecidas pelo Estado, de modo que o seu descumprimento, quer seja pela Administração Pública, quer seja por qualquer licitante, frustra a própria razão de ser do procedimento licitatório e vulnera, em cadeia, os princípios que conformam a atividade administrativa.

129. Em sendo lei interna do certame, o Edital e os seus termos atrelam, simultaneamente, a Administração Pública e os particulares, de sorte que o órgão licitante permanece estritamente subordinado aos próprios atos que praticou ao elaborar e publicar o instrumento convocatório, ao passo que os licitantes se vinculam, com igual rigor, às condições previamente definidas, sem atalhos, sem casuísmos e sem reinterpretações oportunistas.

130. Por conseguinte, não é lícito ao Recorrente pretender introduzir, por via oblíqua, requisitos adicionais de habilitação que simplesmente não constam do instrumento convocatório, como se lhe fosse dado reescrever o Edital após a abertura da disputa, convertendo exigências inexistentes em causas de inabilitação, expediente esse que, além de juridicamente inadmissível, afronta a essência da vinculação ao Edital e da segurança jurídica que deve informar a atuação administrativa.

131. Na mesma linha, é igualmente vedado transfigurar diferenças meramente formais, desprovidas de qualquer impacto material, desacompanhadas de prova idônea de prejuízo e incapazes de infirmar a substância dos requisitos atendidos pelo Recorrido, em fundamento de inabilitação, sob pena de se instaurar um formalismo estéril, incompatível com a racionalidade do pregão eletrônico e com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa.

132. Em última análise, admitir-se a lógica recursal equivaleria a cancelar a violação direta aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia, da competitividade e, sobretudo, do julgamento objetivo, pois se passaria a tolerar que a derrota em disputa pública fosse “corrigida” por meio de construções retóricas e requisitos inexistentes, em detrimento de quem cumpriu o Edital e foi regularmente declarado habilitado e vencedor.

133. Aplicando-se, pois, tais premissas ao caso concreto, constata-se que a Comissão de Licitação agiu com absoluta correção ao reconhecer: (i) a validade e higidez da LCVN emitida pelo IBAMA para o produto ofertado; (ii) o atendimento do requisito de potência do trator ofertado, a partir da proposta e do catálogo técnico do fabricante; e (iii) a irrelevância jurídica da “nacionalidade” do produto para fins de aceitabilidade, notadamente porque o Edital admite bens e estrangeiros e, no caso concreto, o Recorrido não utilizou a margem de preferência, o que afasta hipótese de nulidade ou prejuízo ao resultado do certame.

134. Em contrapartida, o recurso revela-se improcedente porque pretende substituir um juízo objetivo por ilações; pretende subverter a finalidade de documentos técnicos e regulatórios por leituras leigas e interessadas; e pretende, sobretudo, impor à Administração Pública um dever inexistente de desclassificar e/ou inhabilitar por requisitos não previstos, como se a mera inconformidade do concorrente pudesse suplantar a vinculação ao Edital.

135. Portanto, sob qualquer ângulo que se examine, seja pela ausência absoluta de prova do alegado, seja pela impropriedade técnica das premissas recursais, seja pela vedação de criação de exigências não previstas no edital, seja, ainda, pela regularidade documental e procedimental do Recorrido, impõe-se a manutenção integral da decisão administrativa que declarou o Recorrido vencedor do item 23, por se tratar da proposta mais vantajosa e plenamente exequível, em louvor ao interesse público e em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, segurança jurídica, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório.

136. **Por todo o exposto, requer-se que seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pelo Recorrente, mantendo-se incólume a r. decisão que declarou o Recorrido vencedor do item 23, do certame, sob pena de violar as cláusulas editalícias, as normas infraconstitucionais e constitucionais citadas nessa defesa e, sobretudo, aos princípios que regem o procedimento licitatório.**

-[II.2]-

PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE

**ERRO MATERIAL SANÁVEL - EXCESSO DE FORMALISMO SOB
A EXEGESE DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO**

137. Em louvor ao princípio da eventualidade, na remota hipótese desta insigne Comissão de Licitação entender que houve um erro na decisão que declarou o Recorrido vencedor do item 23, do certame, o que se aduna ‘*ad argumentandum tantum*’, ainda assim não há que se cogitar em desclassificação/inabilitação do Recorrido, porquanto eventual desconformidade na proposta trata-se de erro de natureza formal, passível de correção.

138. A pretensão recursal, ao converter suposta falha formal em causa automática de desclassificação/inabilitação, afronta a matriz principiológica que governa o processo licitatório contemporâneo, notadamente (i) a distinção entre vício sanável e insanável, e (ii) a vedação ao formalismo exacerbado, sob a exegese da razoabilidade e da proporcionalidade.

139. Conforme salientado alhures, o Recorrente intenta impor ao procedimento licitatório um raciocínio de “tudo ou nada”: identifica uma suposta desconformidade formal e, sem demonstrar qualquer repercussão sobre a substância do requisito, postula a consequência máxima do rito, como se a Administração Pública estivesse compelida a desclassificar/inabilitar o licitante sem chance de saneamento e sem juízo de adequação entre meio e fim.

140. Todavia, o ordenamento jurídico – e, com especial nitidez, o próprio Edital – rejeita essa lógica advogada pelo Recorrente:

- Edital:

“8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. **contiver vícios insanáveis**; (...)

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, **desde que insanável**.

141. A Administração Pública não está, portanto, autorizada a promover exclusões automáticas por formalidades não essenciais, nem a transformar o procedimento em armadilha burocrática, sobretudo quando a irregularidade alegada não compromete a finalidade do requisito e se revela, quando muito, erro material ou falha de forma suscetível de correção.

142. Logo, ainda que se abstraísse o vício estrutural e se admitisse, apenas por hipótese, a existência de algum descompasso formal nos documentos apresentados pelo Recorrido, a consequência jurídica jamais deverá ser a exclusão sumária do licitante, pois estaríamos diante de erro material sanável, incapaz de macular a substância do requisito econômico-financeiro e afetar a melhor proposta para a Administração Pública.

143. Com efeito, a dogmática administrativa distingue, com rigor, o vício que compromete o conteúdo essencial (capacidade econômico-financeira inexistente, índice não atendido, documento falso) daquele que se limita ao plano formal (procuração não exibida no formato esperado, ausência de assinatura válida em documento, divergência redacional e erro de digitação nos documentos). Somente o primeiro grupo comporta, em regra, exclusão automática; o segundo, ao contrário, convoca o regime saneador e o aproveitamento do ato.

144. Essa distinção é, inclusive, positivada pelo próprio Edital, ao estabelecer que que o desatendimento a exigências formais não essenciais não importará afastamento do licitante, se possível o aproveitamento do ato, observados isonomia e interesse público:

- Edital:

“9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.”

145. O Recorrente, entretanto, pretende obliterar essa diferença, como se qualquer divergência formal fosse, por definição, “vício insanável”. Trata-se de exegese incompatível com o texto do Edital e com a racionalidade do procedimento, porque subverte a gradação de consequências prevista na norma do certame e ignora o dever de prestigiar o resultado útil, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

146. A mesma lógica se extrai do item 16.5 do Edital, ao dispor que as normas disciplinadoras “*serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa*”, desde que não comprometidos a finalidade, a segurança da contratação, o interesse da Administração e a isonomia. Quer dizer: entre uma leitura formalista que expulsa licitante por detalhe e outra que preserva a disputa sem afetar a substância, impõe-se a interpretação pró-competitividade.

147. E não apenas isso. O Edital confere densidade operacional ao regime saneador: o item 9.16 prevê expressamente que, na análise dos documentos de habilitação, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada e registrada em ata, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

148. Note-se: o próprio instrumento convocatório antecipa a hipótese típica deste caso: falhas formais que não tocam o conteúdo e podem ser sanadas sem violação à isonomia. A tese recursal, portanto, ao exigir inabilitação imediata, colide com o próprio desenho normativo do certame, que prevê saneamento e aproveitamento.

149. De igual modo, o item 9.14 reforça a possibilidade de complementação de informações e apresentação de documentos em prazo exíguo, para fins de aferição de condições de habilitação decorrentes de fatos já existentes à época do certame (item 9.14.1), bem como para suprimimento de ausência de documento declaratório unilateral (9.14.3) ou de documento expedido por órgão dotado de fé pública (9.14.4). A ratio é clara: evitar que formalidades secundárias impeçam o exame do mérito da habilitação.

150. É precisamente sob esse arcabouço que se deve compreender o ponto controvertido: questionar supostas limitações de visualização em ambiente de consulta pública do IBAMA, apontar alegadas divergências quanto à potência do motor com base em capturas de tela externas, ou ainda suscitar debate sobre a nacionalidade do produto ofertado, equivale a discutir, quando muito, aspectos de natureza formal, acessória e plenamente sanável.

151. Portanto, sob o prisma do princípio da razoabilidade, é juridicamente inadmissível impor a sanção máxima de inabilitação e/ou desclassificação para um evento que, quando muito, demandaria providência mínima (diligência, saneamento, confirmação de assinatura eletrônica, validação em sistema oficial ou reapresentação do mesmo documento em formato mais legível).

152. A razoabilidade, aqui, opera como critério de adequação entre meio e fim: se a finalidade do requisito é assegurar lastro e responsabilidade técnica, e se isso já está atendido – ou pode ser confirmado por diligência – a medida extrema é desproporcional, excessiva e contrária à racionalidade administrativa.

153. Sob a exegese consolidada pelo Colendo Tribunal de Contas da União, a Administração Pública deve evitar o formalismo que se converte em obstáculo inútil à competitividade e à seleção da proposta mais vantajosa, sobretudo quando se trate de falha sanável, sem prejuízo à isonomia e sem comprometimento do interesse público. Vejamos:

- Precedentes do Eg. Tribunal de Contas da União:

ACÓRDÃO 1924/2011 – PLENÁRIO

Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida.

ACÓRDÃO 1811/2014 – PLENÁRIO

Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado.

ACÓRDÃO 2546/2015 – PLENÁRIO

A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada.

ACÓRDÃO 2742/2017 – PLENÁRIO

Estando os preços global e unitários ofertados pelo licitante dentro dos limites fixados pela Administração, é de excessivo rigor a desclassificação da proposta por divergência entre seus preços unitários e respectivas composições detalhadas de custos, por afronta aos princípios da razoabilidade, da ampla competitividade dos certames e da busca de economicidade nas contratações. Referida divergência se resolve com a retificação das composições, sem necessidade de modificações ou ajustes em quaisquer dos valores lançados na proposta a título de preços unitários.

ACÓRDÃO 1487/2019 – PLENÁRIO

A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.

ACÓRDÃO 2290/2019 – Plenário

9.4.3. não-realização de diligências na documentação de habilitação técnica e na proposta da representante (segunda colocada no certame), que possibilitassem sanear as falhas encontradas, em busca de preservar a possibilidade de contratar proposta mais vantajosa, ou possibilitassem melhor caracterizar o aspecto insanável dessas falhas e/ou a inexequibilidade dos preços e custos ofertados, sem demonstrar e explicitar a desnecessidade das diligências ou outra razão para sua não-realização, contrariando os princípios da economicidade e da transparência e a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos do Plenário 2.546/2015, 2.730/2015, 918/2014, 1.924/2011, e 1.899/2008)

154. Neste contexto, deve a Administração analisar se o ato, apesar de praticado em desconformidade com a regra prevista na lei ou no edital, teve o poder de atender ao que se pretendia quando fixada a exigência. E, em caso positivo, e, repita-se, inexistindo violação a princípios ou prejuízo ao interesse público, não há falar em nulidade.

155. Mas, para que essa avaliação seja feita adequadamente, é imprescindível a observância ao Princípio da Razoabilidade e, em última análise, ao bom senso, na interpretação e aplicação das normas vigentes.

156. Sobre o tema, assevera Marçal Justen Filho (sem grifo):

- Citação doutrinária:

Administração está constrangida a adotar a alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e de seus fins. Não seria legal encampar decisão que impusesse exigências dissociadas da realidade dos fatos ou condições de execução impossível.

O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger.

Ainda, é preciso que se visualize o procedimento licitatório não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento para se concretizar o direito material, prestigiando-se o interesse público. É a ideia da instrumentalidade do procedimento, que também há de ser aplicada.

157. Apesar desse entendimento, escorado na mais abalizada doutrina administrativista e na jurisprudência do TCU, não é incomum verificar distorções em decisões administrativas, cujo se verifica um prestígio ao rigorismo formal desarrazoado, sob a falsa ideia de se estar cumprindo a lei, ou ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

158. Nestes casos, submetidas as questões em juízo, a ideia de instrumentalidade encontra-se guarida no entendimento dos Tribunais, em especial, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, pelo repúdio ao formalismo exacerbado, *in verbis* (sem grifo):

- Precedentes do Col. STJ:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGUIÇÃO DE OMISSÃO DO CATÁLOGO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve omissão, pura e simples, da proposta, mas apenas do catálogo, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. (MS nº 5.869/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ. DJ 07/10/2015).

159. Destarte, a diligência e o saneamento de eventual vício não constituem mero “favor” ao licitante: são instrumentos legais e editalícios de racionalização do julgamento na busca pela melhor proposta factível.

160. No caso em concreto, constata-se que a insurgência recursal não aponta qualquer falsidade, qualquer inconsistência de valor ou qualquer inaptidão técnica do Recorrido para celebrar eventual contrato e fornecer as máquinas para o MIDR.

161. O recurso limita-se a explorar, de forma oportunista, aspectos periféricos e externos ao núcleo das exigências editalícias, tais como: (i) supostas limitações de visualização em ambiente eletrônico de consulta pública do IBAMA, que não se confundem com a validade da LCVN; (ii) alegadas divergências quanto à potência do motor fundadas em capturas de tela descontextualizadas e não autenticadas, em confronto com proposta e catálogo técnico oficial; e (iii) questionamentos laterais sobre a origem do produto, apesar de o Edital admitir bens nacionais e estrangeiros e de o Recorrido não ter se valido da margem de preferência.

162. Assim, não há dúvidas de que a proposta apresentada pelo Recorrido cumpre os requisitos do instrumento convocatório e seu preço é o mais vantajoso para a Administração Pública, porquanto representa economia em valores exorbitantes, dada a diferença do preço ofertado entre o Recorrido e o Recorrente, devendo eventual erro ser sanado para salvaguardar o legítimo interesse público.

163. Por fim, a pretensão do Recorrente de substituir o critério jurídico de sanabilidade por um automatismo punitivo sem amparo no Edital, sem demonstração de prejuízo e sem correlação com a finalidade representa típico excesso de formalismo.

164. É de comum sabença, no entanto, que eventual e inesperada decisão pautada em rigorismo formal desarrazoado não possui guarida no ordenamento jurídico vigente, pois, em termos práticos, implica prejuízo ao interesse público e viola a regra prevista no artigo 12, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

165. Em que pese a Administração Pública, em tema de licitação, encontrar-se vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital, e, especialmente, ao princípio da legalidade, não deve, contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, prestigiar de forma exacerbada o rigor formal, sob a exegese de estar cumprindo a lei, de forma a implicar à absoluta frustração da finalidade do certame.

166. **Em louvor ao princípio da eventualidade, requer-se seja negado provimento ao recurso administrativo, ainda que se reconheça a existência de eventual vício nos documentos do Recorrido, o que se admite por amor ao debate, uma vez que se trata de erro passível de correção, vedado o afastamento do licitante por excesso de formalismo, impondo-se a manutenção da habilitação e do resultado do certame, em prestígio à isonomia, ao interesse público e à finalidade do procedimento licitatório.**

-[III]-
OS PEDIDOS FINAIS

Por todo o exposto, requer o Recorrido:

(a) seja julgado totalmente improcedente o recurso administrativo interposto pelo Recorrente, devendo ser mantida incólume a r. decisão que declarou o Recorrido vencedor do item 23, do presente certame, por se tratar evidentemente da melhor proposta factível, em louvor aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, privilegiando-se o interesse público;

(b) de forma alternativa, na remota hipótese de se entender que a proposta ofertada pelo Recorrido não atende todas as condições e termos previsto no Edital, o que se admite por amor ao debate, requer seja realizado diligência e/ou facultado a oportunidade para sanar os supostos equívocos para se evitar eventual e inimaginável desclassificação por excesso de rigorismo formal, determinando o retorno do processo a fase de classificação para sanar eventual erro e, após as devidas providências, aceitar a proposta de preço apresentado pelo Recorrido por se tratar da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sob pena de levar a efeito certame sujeito a futura anulação.

(c) protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Nestes Termos.

Pede espera deferimento.

Pouso Alegre/MG, 07 de janeiro de 2026.

ASSINADO DIGITALMENTE
XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
HANGUANG LI
Administrador

ASSINADO DIGITALMENTE
ADAO JOSE FERNANDES JUNIOR
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR
ADVOGADO
OAB/MG 178.303



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/203.364-1	MGN2326238115	14/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
707.367.796-12	HANGUANG LI
022.114.556-70	WANG YANSONG

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
CNPJ: 14.707.364/0001-10
NIRE 3120937797-1

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 34

1. **XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED**, sociedade chinesa constituída de acordo com as leis de Hong Kong, com sede na SS2026, Shop 162A, 1/F, Smilling Plaza, 162-188 Un Shan Street, Sham Shui Po, Hong Kong, regularmente inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda do Brasil (CNPJ/MF) sob o nº. 13.894.196.0001/57, representada nesse ato por seu bastante procurador no Brasil **WANG YANSONG**, chinês, solteiro, administrador, nascido em 24/03/1962, inscrito no CPF/MF sob o nº. 022.114.556-70 e no RNE V912349-1, com residência na Rua Sebastião Fagundes, 315, Bairro Colinas Santa Barbara, na cidade de Pouso Alegre- MG, CEP: 37.551-270.
2. **XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED**, sociedade chinesa constituída de acordo com as leis de Hong Kong, com sede na SS2045, Shop 162A, 1/F, Smilling Plaza, 162-188 Un Shan Street, Sham Shui Po, Hong Kong, regularmente inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda do Brasil (CNPJ/MF) sob o nº. 13.894.195/0001-02, representada nesse ato por seu bastante procurador no Brasil **WANG YANSONG**, chinês, solteiro, administrador, nascido em 24/03/1962, inscrito no CPF/MF sob o nº. 022.114.556-70 e no RNE V912349-1, com residência na Rua Sebastião Fagundes, 315, Bairro Colinas Santa Barbara, na cidade de Pouso Alegre- MG, CEP: 37.551-270.

Únicas quotistas da sociedade empresária limitada **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 3120937797-1, em 01.12.2011 inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.707.364/0001-10, com matriz na Rodovia Fernão Dias BR 381, KM 854/855, S/N no Distrito Industrial do Município de Pouso Alegre – MG, CEP: 37556-830 e filiais localizadas no Estado do Maranhão CNPJ 14.707.364/0002-00 e NIRE 21900301543 na Rua Nova Betel, rua 11, número 109, bairro jardim São Cristóvão, São Luís CEP 65055-370, filial no Estado de Goiás CNPJ 14.707.364/0003-82 e NIRE 90096461-1, localizada na Avenida Peru– S/N, Quadra 03, Lote 01-D, Casa 01, Bairro Vera Cruz, CEP 74976-230 - Aparecida de Goiânia – GO, filial no estado do Mato Grosso CNPJ 14.707.364/0004-63 e NIRE 51900465001 localizada na Avenida Miguel Sutil, número 4001 – Bairro areão – GALPAO SALA A-1, Cuiabá – MT, e CEP: 78.010-500, no Estado de São Paulo São localizada na Avenida Ladislau Kardos, n. 700, Bairro dos Fontes, Guarulhos-SP, CEP: 07.250-125 CNPJ 14.707.364/0005-44 NIRE 35920068358 e IE 127.225.849.112, filial na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais CEP 37556-830, CNPJ 14.707.364/0006-25 NIRE 3120937797-1 e IE 001.881.465.0241 situada na Rodovia Fernão Dias, Br 381, s/n, Distrito Industrial, Galpão 20, Segundo Andar, filial na cidade de Parauapebas, Estado do Pará, CNPJ 14.707.364/0007-06 NIRE 15902028149 e IE 158224825, filial na cidade de Rio Piracicaba, Estado do Minas Gerais, CNPJ 14.707.364/0008-97 e IE Isenta situada na Rua nossa senhora aparecida, Centro, número 155, CEP: 35.940-000, e filial na cidade de Contagem, Estado do Minas Gerais, CNPJ 14.707.364/0009-20 e IE 18814650322 situada na Rodovia BR 040, Morada Nova , número KM 519, CEP: 32145480 resolvem, por mútuo e comum acordo, proceder **à trigésima quarta alteração** ao Contrato Social da Sociedade, nos termos do abaixo exposto, sendo dispensada a realização de reunião de quotistas, por força do disposto no § 3º do Art. 1.072 da Lei 10.406, de 10.01.02.



Cláusula Primeira
Redução do Capital Social

Cumprido os requisitos legais exigidos pelo artigo 1.084 do Código Civil, **em especial através do registro da Ata de Reunião de Sócios registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o n. 10168672**, com comprovação das datas de publicação das referidas atas em (i) diário oficial de Minas Gerais em 19 de outubro de 2022; (ii) jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais em 19 de outubro de 2022; (iii) jornal de grande circulação na sede da empresa em 22 de outubro de 2022.

O capital social totalmente integralizado que antes era de R\$ 915.458.460,88 (novecentos e quinze milhões quatrocentos e cinquenta e oito milhões quatrocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos) divididos em 91.545.846.088 (noventa e um bilhões quinhentos e quarenta e cinco milhões oitocentos e quarenta e seis mil e oitenta e oito) quotas no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, **por ser considerado excessivo ao objeto social, com esta alteração será reduzido na quantia de R\$ 464.400.000,00 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais) correspondentes a 46.440.000.000 (quarenta e seis bilhões quatrocentos e quarenta milhões) de quotas no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada, passando a ser de R\$ 451.058.460,88 (quatrocentos e cinquenta e um milhões cinquenta e oito mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos) correspondentes a 45.105.846.088 (quarenta e cinco bilhões cento e cinco milhões oitocentos e quarenta e seis mil e oitenta e oito) quotas no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada totalmente integralizadas, assim divididas:**

SÓCIA	QUANTIDADE DE QUOTAS	VALOR	PORCENTAGEM
XCMG INTERNACIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED	45.023.346.088	R\$ 450.233.460,88	99,817%
XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED	82.500.000	R\$ 825.000,00	0,183%
Total	45.105.846.088	R\$ 451.058.460,88	100,000%

Cláusula Segunda.
Consolidação do contrato social.

Com esta alteração consolida-se as alterações contratuais.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.

Clausula primeira: DO NOME E ENDEREÇO

A sociedade gira sob a denominação social de **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 3120937797-1, em 01.12.2011 inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.707.364/0001-10, com matriz na Rodovia Fernão Dias BR 381, KM 854/855, S/N no Distrito Industrial do Município de Pouso Alegre – MG, CEP: 37556-830 e filiais localizadas no Estado do Maranhão CNPJ 14.707.364/0002-00 e NIRE 21900301543 na Rua Nova Betel, rua 11, número 109, bairro jardim São Cristóvão, São Luís CEP 65055-370, filial no Estado de Goiás CNPJ 14.707.364/0003-82 e NIRE 90096461-1, Rua Carolina Candido da Silva 60, sala 001, loteamento pontal norte, CEP: 75708430, município de Catalão, filial no estado do Mato Grosso CNPJ 14.707.364/0004-63 e NIRE 51900465001 localizada na Avenida Miguel Sutil, número 4001 – Bairro areão – GALPAO SALA A-1, Cuiabá – MT, e CEP: 78.010-500, no Estado de São Paulo São localizada na Avenida Ladislau Kardos, n. 700, Bairro dos Fontes, Guarulhos-SP, CEP: 07.250-125 CNPJ

2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10291625 em 18/04/2023 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 232033641 - 14/04/2023. Autenticação: FA333883A929A3797575B5E9864F6D8E77FB62. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/203.364-1 e o código de segurança cRo4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 4/35

14.707.364/0005-44 NIRE 35920068358 e IE 127.225.849.112, filial na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais CEP 37556-830, CNPJ 14.707.364/0006-25 NIRE 3120937797-1 e IE 001.881.465.0241 situada na Rodovia Fernão Dias, Br 381, s/n, Distrito Industrial, Galpão 20, Segundo Andar, filial na cidade de Parauapebas, Estado do Pará, CNPJ 14.707.364/0007-06 NIRE 15902028149 e IE 158224825, filial na cidade de Rio Piracicaba, Estado do Minas Gerais, CNPJ 14.707.364/0008-97 e IE Isenta situada na Rua nossa senhora aparecida, Centro, número 155, CEP: 35.940-000, e filial na cidade de Contagem, Estado do Minas Gerais, CNPJ 14.707.364/0009-20 e IE 18814650322 situada na Rodovia BR 040, Morada Nova , número KM 519, CEP: 32145480.

Clausula Segunda: DO OBJETIVO SOCIAL

A matriz da sociedade tem como objeto social: 1)importação, exportação, montagem e fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores, 2) comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção, partes e peças, 3) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, 4) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas, 5) manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, 6) manutenção e reparação de tratores agrícolas, 7) aluguel de imóveis próprios, 8) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, 9) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, 10) comércio por atacado de caminhões novos e usados, 11) aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 12) administração de obras de terceiros, 13) depósitos de Mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis, 14) importação, exportação e comércio de implementos opacos e transparentes blindados, blindados sobre rodas de emprego militar e civil e suas partes, materiais de segurança a prova de balas, vidros especiais de segurança a prova de balas, aços e materiais opacos a prova de balas e manutenção de blindados e suas partes, 15) fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes, 16) Comercio atacadista de vagões ferroviários, 17) Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários, 18) importação, distribuição, armazenagem, exportação, expedição e comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso médico hospitalar, suas partes e peças, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, 19) importação, distribuição, armazenagem, exportação, expedição e comércio de produtos para saúde; 20) importação e comercialização de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados; 21) importação e comercialização de reboques e semi reboques novos e usados; 22) importação e comercialização de caminhões novos e usados; 23) Revenda no varejo de lubrificantes; 24) Revenda no atacado de Lubrificantes.

A filial localizada no Estado do Maranhão tem como objetivo social: 1) comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; 2) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; 3) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas; 4) manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas; 5) manutenção e reparação de tratores agrícolas; 6) aluguel de imóveis próprios; 7) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; 8) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; 9) comércio por atacado de caminhões novos e usados; 10) aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 11) administração de obras de terceiros; 12) depósitos de Mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis; 13) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional.

A filial localizada no Estado de Goiás tem como objeto: comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças

A filial localizada no Estado de Mato Grosso tem como objeto: comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças.

A filial localizada no Estado de São Paulo tem como objeto: 1) comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; 2) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; 3) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas; 4) manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para



transporte e elevação de cargas; 5) manutenção e reparação de tratores agrícolas; 6) depósitos de Mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis; 7) Revenda no varejo de lubrificantes; 8) Revenda no atacado de Lubrificantes; 9) Revenda no varejo de partes e peças para maquinas.

A filial localizada no Estado de Minas Gerais tem como objeto: (i) importação, exportação e comercialização de caminhões novos e usados, (ii) importação, exportação e comercialização de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados, (iii) importação, exportação e comercialização de reboques e semi-reboques novos e usados, (iv) importação, exportação e comercialização atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, (v) importação, exportação e comercialização atacadista de maquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção, partes e peças, (vi) importação, exportação e comercialização atacadista de vagões ferroviários.

A filial localizada no Estado do Pará tem como objeto: 1) importação, exportação, montagem e fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores, 2) comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção, partes e peças, 3) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, 4) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas, 5) manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, 6) manutenção e reparação de tratores agrícolas, 7) aluguel de imóveis próprios, 8) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, 9) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, 10) comércio por atacado de caminhões novos e usados, 11) aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 12) administração de obras de terceiros, 13) depósitos de Mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis, 14) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional, 15) Fabricação de veículos militares de combate, 16) importação, exportação e comércio de implementos opacos e transparentes blindados, blindados sobre rodas de emprego militar e civil e suas partes, materiais de segurança a prova de balas, vidros especiais de segurança a prova de balas, aços e materiais opacos a prova de balas e manutenção de blindados e suas partes, 17) fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes, 18) Comércio atacadista de vagões ferroviários, 19) Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários, 20) importação, distribuição, armazenagem, exportação, expedição e comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso médico hospitalar, suas partes e peças, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, 21) importação, distribuição, armazenagem, exportação, expedição e comércio de produtos para saúde, 22) importação e comercialização de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados, 23) importação e comercialização de reboques e semi reboques novos e usados, 24) importação e comercialização de caminhões novos e usados.

A filial localizada no Estado de Minas Gerais em Rio Piracicaba, tem como objeto: (i) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas, (ii) Manutenção e reparação de maquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, (iii)) manutenção e reparação de tratores agrícolas, (iv) manutenção e reparação de maquinas e equipamentos de terraplanagem, pavimentação e construção exceto tratores.

A filial localizada no Estado de Minas Gerais em Contagem, tem como objeto: (i) Comercio Atacadista de maquinas e equipamentos para terraplanagem, mineração e Construção, partes e peças; (ii) Comercio Atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças; manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas, (iii) Manutenção e reparação de maquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, (iv) manutenção e reparação de tratores agrícolas, (v) manutenção e reparação de maquinas e equipamentos de terraplanagem, pavimentação e construção exceto tratores; (vi) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis ;(vii) revenda no varejo de lubrificantes e (viii) revenda no atacado de lubrificantes.

Cláusula Terceira: DO INICIO DE ATIVIDADES E DURAÇÃO.

A sociedade iniciou suas atividades em 28/11/2011 e seu prazo de duração é indeterminado, podendo, contudo, extinguir-se por vontade unânime dos sócios.

Cláusula Quarta: DO CAPITAL SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS.



O capital social é **R\$ 451.058.460,88 (quatrocentos e cinquenta e um milhões cinquenta e oito mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos) correspondentes a 45.105.846.088 (quarenta e cinco bilhões cento e cinco milhões oitocentos e quarenta e seis mil e oitenta e oito) quotas no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada**, já totalmente integralizados em moeda corrente nacional, e distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIA	QUANTIDADE DE QUOTAS	VALOR	PORCENTAGEM
XCMG INTERNACIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED	45.023.346.088	R\$ 450.233.460,88	99,817%
XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED	82.500.000	R\$ 825.000,00	0,183%
Total	45.105.846.088	R\$ 451.058.460,88	100,000%

Cláusula Quinta: DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pelo administrador **HANGUANG LI**, adrede qualificado, que isoladamente, assinará todos os documentos por ela emitidos, podendo, por fim, praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração da sociedade. Entre os poderes conferidos aos administradores, encontram-se os seguintes:

- Representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, podendo, para tanto, contratar profissionais do direito para defesa dos interesses da desta, podendo para tanto receber citação.
- A representação ativa ou passiva perante qualquer repartição federal, estadual ou municipal e autarquias;
- A gerência, orientação e direção dos negócios / objetos sociais.
- Gestão de pessoal, englobando poderes para contratação e demissão de funcionários.
- Representação perante Instituições Financeiras podendo abrir ou fechar contas de titularidade da sociedade, contratar empréstimos ou investimentos, bem como gerir aquelas já existentes, assinando cheque e fazendo retiradas em nome desta, constituindo cartão de autógrafa para conferência de assinaturas, obtendo senhas e autorizando movimentação eletrônica, utilizando serviços bancários próprios às operações de comércio exterior ou quaisquer outros que lhe forem disponibilizados.
- Representar a sociedade em transações comerciais, podendo para tanto celebrar contratos ou acordos judiciais ou extrajudiciais em nome desta.
- Gerir as atividades da sociedade.
- Firmar patrocínio a eventos para promoção da sociedade.
- Poderes para entrar em todas as dependências da sociedade de forma irrestrita, bem como restringir a entrada de pessoas ESTRANHAS AO CONTRATO SOCIAL nas dependências da Administração desta.
- Praticar qualquer ato, ainda que não expresse nesta cláusula, para gerir e bem desenvolver as atividades da sociedade.

Parágrafo Primeiro - A renúncia ou destituição de qualquer Administrador deverá ser comunicada por escrito à Sociedade, tornando-se eficaz perante terceiros após a averbação no Registro de Empresas nos 10 (dez) dias subsequente e a publicação do ato de renúncia ou destituição nos termos da lei;

Parágrafo Segundo - O administrador fica dispensado de prestar caução e poderá receber remuneração, a título de pró-labore pelos seus serviços, a ser determinada por deliberação dos quotistas representando



75% (setenta e cinco por cento) do capital social, de acordo com as condições econômicas e financeiras da sociedade e com a experiência, dedicação e qualificação profissional do administrador.

Parágrafo Terceiro - De acordo com o disposto neste capítulo, o administrador têm todos os poderes necessários para administrar e representar a empresa isoladamente, praticando todos os atos necessários à consecução de seu objeto social, observando o disposto nos Parágrafos quinto e sexto desta cláusula.

Parágrafo Quarto - Em casos especiais, a Sociedade poderá ser representada por procurador (es) com poderes específicos, sendo que, o mandato deverá conter obrigatoriamente os atos e operações que o (s) mandatário (s) poderá (ao) praticar e o prazo de validade do mandato, com exceção dos mandatos outorgados a advogado (s) para representação em juízo ou em processos administrativos, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado.

Parágrafo Quinto - Sem prejuízo do disposto no *Caput* e os parágrafos desta cláusula, a prática dos atos de representação da Sociedade abaixo estipulados, tanto pelo Administrador, quanto por procuradores devidamente apontados, deve ser prévia e expressamente autorizada por escrito por quotistas que representem a maioria do capital social da Sociedade:

- a) O exercício do direito de voto em nome da Sociedade no que concerne às decisões de sociedades nas quais a Sociedade detenha participação societária;
- b) A compra, venda, transferência ou concessão de licença acerca de patentes, direitos autorais, segredos de comércio, tecnologia, “know-how”, marcas registradas, nomes comerciais, logotipos ou qualquer tipo de propriedade intelectual que seja de propriedade da Sociedade;
- c) A celebração de contratos que determinem a participação da Sociedade em *joint ventures*, sociedades, grupos, consórcios ou qualquer outro tipo de parceria com terceiros.
- d) A instituição de empréstimos a terceiros e/ou aos Administradores, exceto nos casos de instituição de créditos a clientes que estejam relacionados às atividades regulares da Sociedade;
- e) A tomada de qualquer decisão referente à distribuição de lucros e/ou investimento ou reinvestimento dos lucros da Sociedade, exceto no caso do parágrafo 3º do Art. 19.
- a) A criação de qualquer tipo de reserva que possa reduzir o montante dos lucros a ser distribuído aos quotistas, exceto no caso do parágrafo 3º do Art.19

Parágrafo Sexto – Reforçando as exceções condidas às limitações impostas ao administrador e/ou procuradores descritas no Parágrafo Quinto da Cláusula Quinta, reafirmamos que elas não se aplicam à celebração de contratos de compra e venda de equipamentos seja em operações particulares seja através de licitações públicas, podendo o Administrador e/ou procurador celebrar livremente os contratos sem qualquer restrição de valor ficando dispensada também a prévia autorização dos quotistas.

Parágrafo Sétimo - O Administrador não está autorizado a contratar qualquer obrigação estranha ao objeto social da Sociedade, nem a prestar aval, fiança ou qualquer outro tipo de garantia em nome da Sociedade, como mero favor a terceiros, sendo tais atos considerados nulos de pleno direito, não produzindo nenhum efeito para a Sociedade ou obrigando esta.

Parágrafo Oitavo - Qualquer autorização emitida para fins do Parágrafo Quinto deste artigo deve ser enviada por escrito (incluindo, mas sem se limitar, via fac-símile ou e-mail), devidamente assinada, ainda que eletronicamente, pelos quotistas ou seus representantes legais, devendo ser arquivada na sede da Sociedade.

Parágrafo Nono - Em cumprimento ao que estabelece nossa legislação, indica-se desde já a qualificação completa do ADMINISTRADOR: **HANGUANG LI**, chinês, inscrito no CPF/MF 707.367.796-12, RESIDENTE com RNM F635624-G, residente e domiciliado na Rodovia BR 381 – S/N, km 854, Distrito Industrial de Pouso Alegre-MG, CEP: 37556-830.

Parágrafo Décimo- Admite-se a nomeação e administradores por ato em separado, por decisão dos quotistas que representem 75% do capital social.

Cláusula Sexta – DA CESSÃO, ALIENAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS.



O sócio que pretender vender, ceder ou transferir total ou parcialmente as quotas possuídas deverá inicialmente, oferecê-las aos demais sócios, informando, nome, qualificação e endereço do ofertante, além do preço e condições oferecidas.

Parágrafo Primeiro - Os quotistas terão direito de preferência para aquisição das quotas, em igualdade de condições com a proposta recebida, na proporção de suas respectivas participações no capital social, excluía a participação do quotista alienante. Os quotistas interessados poderão adquirir eventuais quotas recusadas por outros quotistas, hipótese em que o respectivo direito de preferência relativo a tais sobras deverá ser exercido de forma proporcional à respectiva participação no capital social da Sociedade, excluía as participações do quotista alienante e dos demais quotistas que não manifestem interesse em exercer o direito de preferência ora ajustado.

Parágrafo Segundo - Se decorridos 30 (trinta) dias após a notificação, as quotas ofertadas não vierem a ser adquiridas pelos quotistas ofertados, o quotista alienante ficará livre para, nos 30 (trinta) dias seguintes ao término desse prazo, promover a transferência das quotas ofertadas ao proponente indicado na notificação pelo mesmo preço, prazo, condições de pagamento e demais elementos constantes da oferta.

Parágrafo Terceiro - Caso a venda das quotas ofertadas não se conclua no prazo acima estabelecido, o quotista retirante sujeitar-se-á novamente ao mesmo procedimento convencionado.

Parágrafo Quarto - Toda e qualquer transferência de quotas efetuada sem a observância das disposições deste contrato serão consideradas nulas de pleno direito.

Parágrafo Quinto - Na interpretação deste contrato social, o termo transferência deve ser entendido de forma abrangente, incluindo qualquer cessão voluntária ou involuntária, venda, caução ou gravame sobre as quotas sociais ou seus direitos, ou promessa de cessão, venda, caução, penhora ou gravame sobre as mesmas quotas ou seus direitos

Parágrafo Sexto - Sem prejuízo do que foi estipulado acima, os quotistas poderão deliberar sobre a entrada de novo sócio na Sociedade, por decisão dos quotistas representando a maioria do capital social restante, excluía nesta situação as quotas detidas pelo quotista alienante.

Parágrafo Sétimo - Respeitado o direito de preferência previsto neste os quotistas podem ceder as quotas da Sociedade que detêm a qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira quotista ou não.

Cláusula Sétima – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS.

Além das matérias indicadas em outras cláusulas deste Contrato Social, dependem de deliberações dos sócios, que serão tomadas em reunião, por quotistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, inclusive para os casos de alteração parcial ou total deste instrumento:

- a) a modificação deste Contrato Social, parcial ou integral, incluindo sem se limitar à redução ou aumento do capital social;
- b) a incorporação, fusão, cisão ou dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação; a designação e/ou alteração de sócio-administrador;
- c) a designação e/ou destituição de administradores não sócio nomeado no contrato social;
- d) o modo de remuneração dos administradores;
- e) o pedido de recuperação judicial ou acordo de recuperação extrajudicial
- f) a aprovação das contas da administração;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) a abertura e encerramento de filiais no Brasil ou Exterior;
- i) a distribuição de lucros;
- j) a outorga de fiança, aval ou garantia em negócios ou operações de terceiros, exceção feita aos negócios ou operações de suas subsidiárias ou coligadas;
- k) constituição de subsidiárias, sua dissolução e liquidação.
- l) a aquisição, alienação ou oneração de qualquer participação societária.
- m) a votação das participações societárias debatidas pela sociedade.
- n) a celebração de qualquer acordo referente às participações societárias debatidas pela sociedade.
- o) Definição da verba e do pagamento de qualquer outro benefício destinados aos Administradores;
- p) Aprovação do orçamento anual;



q) Admissão de novos quotistas e ingresso de herdeiros e/ou sucessores de antigos quotistas;

Parágrafo primeiro - O sócio dissidente de qualquer deliberação majoritária poderá retirar-se da sociedade, notificando deste seu propósito aos demais sócios, por escrito e contra recibo.

Parágrafo segundo - Os quotistas reunir-se-ão, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, nos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos Administradores, deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico e designar Administradores, quando for o caso, e, extraordinariamente, sempre que necessário para deliberar sobre assuntos de interesse da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a realização da Reunião Anual de Quotistas, as Demonstrações Financeiras da Sociedade deverão ser postas à disposição dos quotistas, por escrito, com prova de recebimento;

Parágrafo Quarto - A Reunião de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador da Sociedade ou por qualquer quotista, mediante notificação via carta registrada, fax ou e-mail com 8 (oito) dias de antecedência, com indicação das matérias a serem tratadas.

Parágrafo Quinto - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas neste Capítulo quando todos os quotistas comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Sexto - A assembleia geral ou a reunião de quotistas tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que será objeto delas.

Parágrafo Sétimo - As Reuniões de Quotistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de quotistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número de quotistas.

Parágrafo Oitavo - Qualquer quotista poderá votar por carta, fax ou e-mail ou poderá ser representado por outro quotista ou procurador mediante mandato com especificação dos atos autorizados a praticar, devendo o instrumento ser levado a registro juntamente com a ata.

Parágrafo Nono - As deliberações tomadas de conformidade com a lei e este Contrato Social vinculam todos os quotistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Cláusula Oitava – DA RESOLUÇÃO DA SOCIEADE.

A dissolução, falência, extinção, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, morte, a declaração judicial de incapacidade, a interdição, o divórcio, a exclusão ou a retirada de um quotista não causará a dissolução da Sociedade.

Parágrafo Primeiro - A dissolução, extinção, declaração de recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, retirada, exclusão, falecimento ou a declaração judicial de incapacidade, insolvência ou interdição de um quotista implicará, necessariamente, a oferta irrevogável das quotas deste quotista (o “Quotista Retirante”) aos quotistas remanescentes, que terão o direito, a critério exclusivo, de adquirir tais quotas pelo valor patrimonial, apurado pelo balanço especial efetuado na data da dissolução, falência, extinção, insolvência, exclusão, falecimento ou declaração de incapacidade, sem consideração de intangíveis de qualquer natureza, sendo tal direito oponível a terceiros.

Parágrafo Segundo - A opção de compra prevista neste capítulo deverá ser exercida pelos quotistas remanescentes em relação às quotas detidas pelo Quotista Retirante, mediante notificação expressa com 30 (trinta) dias de antecedência da ocorrência do evento que tiver dado ensejo ao exercício da mencionada opção.

Parágrafo Terceiro - A conclusão da transferência das quotas objeto da opção acima citada deverá ser concluída pelas partes envolvidas no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da ocorrência do evento que tiver dado ensejo ao exercício da mencionada opção.



Parágrafo Quarto - O pagamento ao Quotista Retirante ou a seus herdeiros, beneficiários, sucessores e/ou credores será feito em moeda corrente nacional, em 3 (três) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no prazo total de 90 (noventa) dias, a contar da data do balanço especial e em moeda corrente nacional.

Parágrafo Quinto - As opções decorrentes deste capítulo obrigam as partes e seus sucessores a qualquer título.

Parágrafo Sexto - No caso de falecimento ou declaração judicial de incapacidade, insolvência ou interdição de algum quotista, seus herdeiros, beneficiários, sucessores e/ou credores não serão admitidos à Sociedade, salvo mediante aprovação prévia e por escrito de quotistas representando a maioria do capital social restante, conforme aqui previsto.

Cláusula Nona – APURAÇÃO E PAGAMENTO DE HAVERES.

Nas hipóteses de dissolução parcial ou resolução da Sociedade com relação a um sócio, exclusão ou exercício do direito de retirada, com a impossibilidade de admissão de novo sócio, a quota a ser liquidada será calculada com base no valor contábil a data do respectivo evento, apurado em balanço especialmente para esse fim. O valor encontrado será pago em dinheiro ou bens em até doze meses, em até 90 dias, devidamente corrigido monetariamente pelo INPC e acrescido de juros mensais sobre o saldo devedor à base de 1% (um por cento) ao mês.

Cláusula Décima - DA EXCLUSÃO DO SÓCIO.

Os quotistas poderão ser excluídos da Sociedade nas hipóteses seguintes:

- a) Sócio Remisso. O sócio remisso, considerado como aquele que não efetuar as contribuições para o capital social na forma e prazo previstos, após o prazo de 30 (trinta) dias da notificação da Sociedade, poderá ser excluído da Sociedade, de pleno direito, ou ter a sua participação societária reduzida mediante deliberação de quotistas representando a maioria do capital social restante. A reunião que deliberar sobre a exclusão de quotista deverá ser convocada nos termos do 0 acima e nela será assegurado direito de defesa ao quotista cuja exclusão está sendo deliberada.
- b) Falência ou Liquidação da Quota. Será excluído da Sociedade, de pleno direito, o sócio declarado falido ou cuja quota tenha sido liquidada a pedido de credor habilitado.
- c) Prática de Atos Contrários à Continuação da Sociedade. Sócios representantes da maioria do capital social, mediante deliberação em reunião de quotistas especialmente convocada para esse fim, poderão excluir sócio minoritário que esteja pondo em risco a continuidade da Sociedade em virtude de atos de inegável gravidade.
- d) Inadimplemento ou Incapacidade. Sem prejuízo do acima exposto, o sócio pode ser excluído judicialmente, mediante iniciativa de quotistas representando a maioria do capital social, por falta grave no cumprimento das suas obrigações ou por incapacidade superveniente.
- e) Quotista Dissidente. O quotista dissidente de deliberação em Reunião de Quotistas, que verse sobre a modificação do Contrato Social, fusão, incorporação, cisão e transformação da Sociedade em outro tipo societário, poderá retirar-se da Sociedade, nos 30 (trinta) dias subsequentes à reunião.

Parágrafo único - No caso de exclusão ou retirada de quotistas, o quotista retirante ou excluído será reembolsado pelas quotas que detiver na Sociedade com base no critério fixado neste Contrato Social.

Cláusula Décima Primeira - DO BALANÇO, RESULTADOS E SUA APLICAÇÃO.

O exercício social coincidirá com o calendário civil, começando no dia 1º de Janeiro e terminando em 31 de Dezembro de cada ano, data em que serão levantadas as demonstrações financeiras do exercício.

Parágrafo primeiro - Ao término de cada exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo segundo - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão



sobre as contas.

Parágrafo terceiro - Os lucros ou prejuízos líquidos apurados conforme a legislação pertinente, anualmente, será dividida ou suportada pelos quotistas na proporção sua participação societária, podendo ainda, no caso de lucros e por decisão dos quotistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, serem retidos em conta de lucros em suspenso ou capitalizados.

Parágrafo quarto - A sociedade por deliberação dos sócios poderá levantar balanços e destituir lucros em períodos menores.

Cláusula Décima Segunda – DA CISÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE.

Por deliberação dos quotistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por centos) do capital social realizado, a sociedade poderá:

- a) Cindir-se, incorporar-se, fundir-se a outra sociedade, ou transformar-se em outra forma societária.
- b) Dissolver-se em caso de impasse nas deliberações sociais que impossibilitem a continuação dos negócios, bem como quando ocorrer:
 - I – O consenso unânime dos negócios.
 - II – A deliberação dos sócios, por maioria absoluta.
 - III – A falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias.

Extinguir-se nos demais casos previstos em lei.

Parágrafo primeiro - Em caso de liquidação da sociedade, os sócios nomearão um liquidante, a fim de que este proceda em conformidade com as leis vigentes à época.

Parágrafo segundo - Dissolvida a Sociedade, sua liquidação será procedida de conformidade com a disposição contida nos artigos 1.102 a 1.112, da Lei na 10.406, de janeiro de 2002.

Cláusula Décima Terceira - TIPO SOCIETÁRIO.

A sociedade poderá adotar qualquer outro tipo societário por deliberação dos sócios, sendo que estes desde já, renunciam expressamente ao direito de retirada em caso de mudança do tipo societário.

Cláusula Décima Quarta – DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO ADMINISTRADORES.

O Administrador nomeado **HANGUANG LI**, chinês, solteiro, empresário, nascido em 27/06/1982 e inscrito no CPF/MF 707.367.796-12, com documento de identidade emitido pela DIREX/PF/DF sob o n. RNM F635624-G, residente e domiciliado na Rodovia BR 381 – S/N, km 854, Distrito Industrial de Pouso Alegre-MG, CEP: 37556-830, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade (art. 1.011, § 1º, CC/2002);

Cláusula Décima Quinta - FORO DE ELEIÇÃO.

Fica eleito o foro da Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, por uma de suas Varas a que couber distribuição, como o único competente para conhecer e julgar qualquer procedimento judicial fundado neste contrato seja nas relações entre os sócios ou entre eles e a Sociedade, com renúncia expressa a qualquer outro que futuramente venha a ter por muito privilégio e especial que seja.

Cláusula Décima Sexta - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Parágrafo Primeiro - Para a consecução de seu objeto, a Sociedade poderá constituir subsidiária e



participar do capital de outras empresas, na qualidade de sócio quotista ou acionista.

Parágrafo Segundo – Será ineficaz em relação à sociedade e nula de pleno direito, a cessão ou transferência de quotas, bem como, quaisquer outros atos praticados pelo(s) Administrador(es), sócio(s) quotista(s) ou procurador(es) que violem as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, respondendo o infrator, civil e criminalmente pela falta cometida.

Parágrafo Terceiro: A sociedade será regida pela Lei 10.406 de 2022 (Código Civil) e de forma suplementar pela Lei 6.404 de 1976 (Lei de Sociedade Anônima).

E por estarem assim justos e contratados assina digitalmente o presente instrumento: **(i) a sociedade XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA** por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70; **(ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED** por seu procurador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 e **(iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED**, por seu procurador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70

Pouso Alegre - MG, 08 de Março de 2023.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/203.364-1	MGN2326238115	14/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
707.367.796-12	HANGUANG LI
022.114.556-70	WANG YANSONG

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Federal BR 381, sem número, KM 854, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.556-830, presente neste ato na forma de seu contrato social, por seu administrador Sr. **HANGUANG LI**, chinês, inscrito no CPF/MF sob o número 707.367.796-12 e portador da Carteira de Identidade RNE F635624-G, residente e domiciliado na Rodovia Federal BR 381, sem número, KM 854, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.556-830.

OUTORGADO: **THAÍS RODRIGUES MENDONÇA** – OAB/MG 124.369; **LUIZ HENRIQUE DOS REIS** – OAB/MG 126.094; **THAIS DE SOUZA PRADO** – OAB/MG 156.915; **ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO** – OAB/MG 158.269; **LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA** – OAB/MG 165.513; **ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR** – OAB/MG 178.303; **CAIQUE EDUARDO DOS REIS** – OAB/MG 206.080; todos com escritório profissional na Rua Dr. Sebastião Fagundes, número 315, Colinas de Santa Barbara, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP: 37.551-270.

FINALIDADE: Nomear e constituir procuradores e advogados os acima declarados outorgando-lhes os poderes constituídos na cláusula "AD JUDICIA", para o foro em geral perante qualquer instância juízo ou tribunal, nos termos do artigo 105 e seguintes do Código de Processo Civil, para propor as medidas judiciais e administrativas que se fizerem necessárias à proteção de meus interesses, e, defender-me daquelas que me forem opostas.

PODERES: a) propor ações de conhecimento, ações de execução, ações cautelares, ações por procedimentos especiais contenciosos ou voluntários, ou quaisquer outras admitidas no ordenamento jurídico nacional, em especial mandado de segurança; b) opor embargos, exceções, denunciação, nomeações e oposições de quaisquer espécies; c) receber intimações, contestar, impugnar e promover qualquer medida de defesa; d) requerer e impugnar cumprimento de sentença; e) recorrer e responder recursos destinados a qualquer Tribunal de segunda instância ou aos Tribunais Superiores; f) promover representações junto a Corregedoria de Justiça do Estado ou da Justiça Federal; g) promover as medidas e defesas necessárias perante os Tribunais Regionais do Trabalho; h) promover reclamações junto ao Supremo Tribunal Federal; i) representação perante os cartórios de registro civil, mercantil, de títulos e documentos, protestos, notas e imóveis; j) representação perante Juntas Comerciais; k) confessar; l) desistir; m) transigir; n) firmar compromissos; o) assinar e concordar com termos; p) receber e dar quitação; q) assinar recibos; r) requerer junto às repartições públicas Municipais, Estaduais, Federais e Autárquicas, podendo apresentar impugnações, recursos administrativos, propostas em licitações públicas; s) prestar declarações; t) promover denúncias às autoridades policiais e fiscais; u) Promover denúncias e instaurar procedimentos administrativos junto a agências regulamentadoras; v) Promover denúncias e instaurar procedimentos administrativos a qualquer órgão público; x) apresentar notícia crime; y) substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas; e todos os atos necessários à plena representação judicial e extrajudicial da outorgante, observada a finalidade deste mandato, o que tudo darei por firme valioso, como se presente fosse.

VEDAÇÃO: Receber citações.

O presente instrumento particular de procuração que me foi exibido e lido é nesta data assinado, para produzir todos os efeitos legais.

Pouso Alegre/MG, 19 de maio de 2023.

(assinatura digital)
XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
CNPJ 14.707.364/0001-10
Por: HANGUANG LI

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0557-02D3-75EE-2F14> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0557-02D3-75EE-2F14



Hash do Documento

6AA8B59043268A833E5F4FC3F5A430EE8226BEFB924249A0F298FC6FAD8D6D2A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/05/2023 é(são) :

☒ HANGUANG LI (Signatário) - ***.367.796-** em 19/05/2023 17:14
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE MODERNIZAÇÃO E APOIO À PRODUÇÃO
ATA2 ASSESSORIA

DESPACHO

Processo nº 21000.042507/2025-77

Interessado: MAPA

À Coordenação-Geral de Aquisições - CGAQ, com vistas ao Pregoeiro.

Assunto: **Pregão Eletrônico nº 900024/2025 - SRP - Aquisição de máquinas e equipamentos agroindustriais. Análise de Propostas. XCMG Brasil Industria LTDA.**

1. INTRODUÇÃO

1.1. Tratam os autos do Pregão Eletrônico nº **900024/2025**, referente à aquisição, por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, de máquinas pesadas, incluindo o fornecimento com a carga, transporte e descarga do bem, em atendimento às necessidades do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

1.2. O presente documento versa sobre a análise das propostas apresentadas pela empresa **XCMG Brasil Industria LTDA**, inscrita no CNPJ nº 14.707.364/0001-10, para o **item 23**.

2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

2.1. Procedendo à análise das propostas, foi verificado que para o **item 23**, a empresa apresentou o equipamento **Trator agrícola - XT804-5EBR**. A Tabela 1 apresenta os critérios especificados no Termo de Referência.

2.2. Com relação à proposta, a empresa apresentou a descrição para o tipo: Trator agrícola - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); tração por pneus 4x4; motor com 4 cilindros a Diesel; potência de 80 CV; cabine fechada com ar-condicionado, transmissão com 12 marchas à frente e de 12 marchas à ré bloqueio de diferencial com acionamento mecânico, direção assistida, embreagem dupla, freios de serviço a disco. Garantia de 12 meses. Os equipamentos serão entregues com identidade visual do Programa de Aquisição de Máquinas Agrícolas- PROMAQ em local visível, nos termos descritos no Termo de Referência; A proposta inclui treinamento para operação dos equipamentos, nos termos descritos no termo de referência.

Tabela 1: Critérios do Termo de Referência - Trator Agrícola		
Especificações do TR	Especificações do produto ofertado	Critério

Ano/modelo 2025 ou posterior (zero Horas)	2025 ou posterior, (zero Horas) / modelo XT804-5EBR	1
Tração por pneus 4x4	Tração por pneus 4x4	2
Motor com no mínimo de 3 cilindros a Diesel/Biodiesel	motor com 4 cilindros a Diesel	3
Potência de 70 CV - 80 CV	Potência de 80 CV	4
Cabine fechada com ar condicionado	Cabine fechada com ar-condicionado	5
Transmissão com mínimo de 10 marchas à frente e mínimo de 10 marchas à ré	Transmissão com 12 marchas à frente e de 12 marchas à ré	6
Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico	Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico	7
Direção assistida	Direção assistida (hidrostática)	8
Embreagem dupla	Embreagem dupla	9
Freios de serviço a disco	Freios de serviço a disco	10

3. CONCLUSÃO

3.1. Diante do exposto, entende-se, s.m.j, que a proposta apresentada pela empresa **XCMG Brasil Industria LTDA** para o **item 23**:

3.1.1. Com relação aos critérios 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10 da Tabela 1 apresentada anteriormente, a empresa **ATENDEU** em sua totalidade os requisitos constantes na Tabela 1.

3.1.2. Com relação aos critérios 3 e 6 da Tabela 1, embora diferente do apresentado no Termo de Referência, a empresa **ATENDEU** os requisitos constantes na Tabela 1, visto que não existe objeção quanto a superioridade apresentada.

3.2. Diante do exposto, informa-se **a aceitação da proposta para o item 23** apresentada pela empresa **XCMG Brasil Industria LTDA**, tendo em vista que atende a todas as especificações do Termo de Referência.

3.3. Assim, encaminham-se os autos à Coordenação-Geral de Aquisições - CGAQ, com vistas ao Pregoeiro, para conhecimento e demais providências para **aceitação da proposta**.

RODRIGO DE LIRA VARELA RODRIGUES
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

KETYANE EVELIN COSTA LIMA
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

LUCIANA KAÚARA TOMAS SILVA
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Lira Varela Rodrigues, Integrante Técnico**, em 27/12/2025, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA KAUARA TOMAS SILVA, Integrante Requisitante**, em 27/12/2025, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ketyane Evelin Costa Lima, Integrante Técnico**, em 27/12/2025, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA, Integrante Administrativo**, em 27/12/2025, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49346675** e o código CRC **66324181**.

Referência: Processo nº 21000.042507/2025-77

SEI nº 49346675



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE MODERNIZAÇÃO E APOIO A PRODUÇÃO
COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E REGISTRO PATRIMONIAL

DESPACHO

Processo nº 21000.042507/2025-77

Assunto: **Pregão Eletrônico nº 90024/2025 - SRP - Aquisição de máquinas e equipamentos agroindustriais. Análise de Habilitação.**

1. INTRODUÇÃO

1. Tratam os autos do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, referente à aquisição, por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, de equipamentos da linha amarela para o MAPA e os convenientes executores da ação 20ZV do Fomento ao Setor Agropecuário, em atendimento às necessidades desta Pasta, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

2. O presente documento versa sobre a habilitação da empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**, inscrita no **CNPJ nº 14.707.364/0001-10**, para os itens **11 e 23**, conforme Despacho 13 (49346563), Despacho 14 (49346675) e propostas (49326106).

2. HABILITAÇÃO DA EMPRESA

3. Tendo em vista o contido no Despacho 730 (49356462), a Coordenação-Geral de Aquisições, solicita o preenchimento apenas dos itens pertinentes a qualificação técnica da empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**

4. Ressalta-se que o item 11 do Termo de Referência possui especificações técnicas consistentes em: Motoniveladora - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com motor a Diesel/Biodiesel, potência mínima de 150 HP, com no mínimo 2.200 RPM; Peso operacional mínimo de 13.000 kg; Com cabine fechada com ar condicionado e certificada ROPS/FOPS; Com transmissão direta ou conversor de torque com no mínimo 9 marchas somadas a frente e a ré; Radiadores com hélice, com lâmina mínima de 3,6m; Riper traseiro com no mínimo 5 dentes; Garantia de no mínimo 12 meses.

5. O item 23 do Termo de Referência possui as seguintes especificações técnicas: Trator agrícola - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Tração por pneus 4x4; Motor com no mínimo de 3 cilindros a Diesel/Biodiesel; Potência de 70 CV - 80 CV; Cabine fechada com ar condicionado; Transmissão com mínimo de 10 marchas à frente e mínimo de 10 marchas à ré; Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico; Direção assistida; Embreagem dupla; Freios de serviço a disco; Garantia de no mínimo 12 meses.

6. Diante disso, considerando que a empresa supracitada logrou êxito no certame, tendo sido declarada vencedora dos referidos itens, informa-se que a habilitação técnica dos itens 11 e 23 será realizada de forma consolidada no presente documento, com o objetivo de otimizar e conferir maior celeridade à

análise administrativa.

7. À vista do disposto no Termo de Referência, apresenta-se, na tabela abaixo, a análise dos documentos de habilitação técnica apresentados pela empresa, **no que compete à análise da Equipe de Planejamento da Contratação - EPC:**

Item do Termo de Referência	Análise	Conclusão
Sustentabilidade		
<p>4.2.3. Só será admitida a oferta de equipamentos, nacionais ou importados, que possuam a Licença para Uso da Configuração. de Veículo ou Motor ("LCVM") fase de atendimento MAR - I;</p> <p>4.2.4. No momento da habilitação, o adjudicatário deverá apresentar a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ("LCVM") emitida pelo Ibama que evidencie ao atendimento às fases exigidas do PROCONVE”;</p> <p>4.2.5. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242 /1998 e legislação superveniente e correlata, sendo possível à Contratante buscar, ou exigir do Contratado, a devida comprovação, a exemplo de solicitar ao IBAMA que informe a eventual existência de Ordem de Suspensão da Comercialização prevista no art. 11 da Resolução CONAMA nº 1, de de 11 de fevereiro de 1993;</p> <p>4.2.6. No momento da habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido não contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal”, como, por exemplo, as seguintes listadas: CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;</p> <p>4.3. Para fins de comprovação de práticas de sustentabilidade, na fase de habilitação o licitante vencedor apresentará:</p> <p>4.3.1. Declaração formal de atendimento aos requisitos de sustentabilidade definidos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e disponível no</p>	<p>Para o item 11, foi apresentada a LCVM da marca/modelo MR/XCMG/GR1802BR/, válida até 31/12/2026, comprovando o atendimento à fase MAR-I do PROCONVE. Documento LCVM GR1802BR (49326106).</p> <p>Para o item 23, foi apresentada a LCVM da marca/modelo I/MA XCMG/XT804_5EBR/, válida até 31/12/2026, comprovando o atendimento à fase MAR-I do PROCONVE. Documento LCVM XT804_5EBR (49326106)</p> <p>Em atendimento ao item 4.2.5, o modelo dos veículos ofertados atendem aos limites máximos de emissão de ruídos estabelecidos nas Resoluções do CONAMA e à legislação ambiental aplicável.</p> <p>Quanto ao item 4.2.6, foi apresentada declaração/certificação que atesta que o bem não contém nem utiliza Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.</p> <p>Para o item 4.3.1, foi apresentada declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade, nos termos do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União.</p>	<p>ATENDIDO</p>

<p>endereço eletrônico: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf.</p> <p>4.3.2. Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.</p>	<p>Por fim, em atendimento ao item 4.3.2, Foi apresentado o Certificado de Regularidade do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, válido até 07/02/2026.</p>	
Assistência Técnica		
<p>5.17. No momento da habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar declaração formal que comprove que o fabricante dispõe de assistência técnica autorizada em todos os Estados que compõem a região para a qual os bens serão destinados. A declaração deverá constar com registro que há instalações físicas adequadas, estoque de peças de reposição e mão de obra qualificada, que assegure a prestação dos serviços de assistência técnica durante o período de garantia, nos termos do § 2º do art. 47, combinado com o inciso II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>5.17.1. O fabricante e/ou distribuidor autorizado deverá dispor, em todos os Estados que compõem a região para a qual os bens serão destinados, de equipe qualificada para suporte e manutenção das máquinas comercializadas, bem como de estoque de peças e plena execução dos serviços de manutenção e assistência técnica durante todo o período de garantia de fábrica.</p> <p>5.18. O distribuidor ou a assistência técnica autorizada deverá ter experiência mínima de 12 (meses) meses na prestação dos serviços de assistência técnica da marca ofertada, sendo aceito a apresentação do contrato de distribuição e/ou de representação não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos.</p>	<p>A licitante apresentou declaração formal da fabricante, na qual consta a existência de assistência técnica autorizada em todos os Estados da região de destino dos bens, assegurando a prestação dos serviços de suporte, manutenção e assistência técnica durante todo o período de garantia, nos termos da legislação aplicável.</p> <p>Foi apresentado, ainda, declaração de distribuição, no qual se identifica o distribuidor autorizado no Estado de destino dos bens, comprovando a experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços de assistência técnica da marca ofertada.</p>	ATENDIDO
Qualificação Econômico-Financeira		
<p>9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;</p>	<p>Não se aplica à licitante.</p>	NÃO SE APLICA

<p>9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;</p>	<p>Foi apresentada a Certidão Negativa emitida em 20/10/2025 e com validade de 3 (três) meses (conforme certidão do TJMG)</p>	<p>ATENDIDO</p>
<p>9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), <u>obtidos pelas fórmulas definidas no TR.</u></p> <p>9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo de 10% do valor estimado da contratação.</p> <p>9.25. Caso o fornecedor apresente propostas para mais de um item, deverá comprovar patrimônio líquido correspondente ao somatório dos valores dos itens em que vier a sagrar-se vencedor.</p> <p>9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;</p> <p>9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.</p> <p>(...)</p> <p>9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.</p>	<p>Foram apresentados os balanços patrimoniais e demonstrações de resultado dos exercícios 2023 e 2024.</p> <p>Os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) são superiores a 1 (um), com base no Balanço Patrimonial de 2024.</p>	<p>ATENDIDO</p>
<p>Qualificação Técnica</p>		

9.30. O fornecedor deverá apresentar atestado(s) em seu nome, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos e/ serviços de modo a demonstrar a experiência do licitante na entre dos bens ou na prestação de natureza e complexidade similares ao objeto da licitação, na quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo referente ao item para o qual o licitante se sagrar vencedor.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Atestado em favor do licitante (nominalmente identificado com razão social e CNPJ, matriz ou filial) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (inclusive associação de fabricantes regularmente instituída); ou;

9.30.1.2. Cópias de Notas Fiscais com descrições claras e inequívocas que permitam identificar a natureza e quantidade dos objetos faturados, com a operação fiscal de venda, observando que;

9.30.1.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.30.1.2.2. Para fins de habilitação técnica, todos os itens licitados serão considerados semelhantes entre si.

Para o **item 11** (item 11 do TR), a quantidade a ser fornecida é 200 unidades de Motoniveladora, portanto deve-se comprovar o fornecimento de no **mínimo 100 unidades**.

Para o **item 23** (item 23 do TR), a quantidade a ser fornecida é 380 unidades de Trator Agrícola, portanto deve-se comprovar o fornecimento de no **mínimo 190 unidades**.

Os Atestados de Capacidade Técnica - ACT's apresentados pela licitante somam mais de 190 unidades similares ao previsto no TR, portanto **atendem** ao mínimo exigido.

ATENDIDO

<p>9.30.5. No caso de revendedor ou distribuidor, o licitante deverá apresentar declaração do fabricante que o declare ser distribuidor autorizado pelo fornecimento de peças para manutenção, além do suporte técnico, durante todo o período contratual, de acordo com as condições exigidas pelo edital de licitação e seus respectivos anexos, das quais tem perfeito conhecimento, sem qualquer ônus adicional para o MAPA, de forma que assegure a execução do contrato.</p> <p>9.31. Na esteira do Acórdão nº 2224/2024, do Plenário do E.TCU, o subitem 9.30.5 deste TR será interpretado no sentido de que: diz respeito à assistência técnica e correlatos, sendo incorreto entender que o licitante deva possuir autorização do fabricante para comercializar os produtos licitados; e o licitante e o revendedor/distribuidor autorizado não precisam ser necessariamente a mesma pessoa, inclusive para efeito do subitem 4.2.8 deste TR.</p>	<p>Não se aplica à licitante.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>Margem de Preferência</p>		
<p>4.13. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890 /2024, conforme disposto na RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.</p>	<p>A licitante não utilizou a margem de preferência.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>

8. Além disso, conforme dispõe o Edital, foram realizadas consultas ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (SEI 49306427 e 49337372), onde não foram identificados impedimentos diretos e indiretos de licitar e contratar com a União.

3. CONCLUSÃO

9. Diante da análise exposta, entende-se, **no que se refere aos aspectos de competência da EPC e nos termos delineados acima**, que a empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.** está habilitada para os itens **11 e 23**.

10. Encaminham-se os autos à Coordenação-Geral de Aquisições - CGAQ, com vistas ao Pregoeiro, para conhecimento e demais providências cabíveis.

**RODRIGO DE LIRA
VARELA RODRIGUES**

Membro da Equipe de
Planejamento da
Contratação

**KETYANE EVELIN
COSTA LIMA**

Membro da Equipe de
Planejamento da
Contratação

**LUCIANA KAÚARA
TOMAS SILVA**

Membro da Equipe de
Planejamento da
Contratação

**JORGE ROBERTO
GABRIEL**

Contador
CRC-DF 020697/O-7



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Lira Varela Rodrigues, Integrante Técnico**, em 29/12/2025, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ketyane Evelin Costa Lima, Integrante Técnico**, em 29/12/2025, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Roberto Gabriel, Chefe de Divisão**, em 29/12/2025, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA KAUARA TOMAS SILVA, Integrante Requisitante**, em 29/12/2025, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49358725** e o código CRC **40E67D3C**.

Referência: Processo nº 21000.042507/2025-77

SEI nº 49358725

XT804-5EBR

TRATOR AGRÍCOLA



☎ 0800.7708866

 **XCMG**
www.xcmg-america.com

▶ XT804-5EBR • TRATOR AGRÍCOLA

A linha XT804 de tratores da XCMG traz mais potência e conforto. A versão brasileira XT804-5EBR conta com um design que potencializa os atributos já consagrados pelos agricultores no mercado nacional. Com a nova entrada de ar e seus 80 cv de potência, é um dos mais potentes e equilibrados equipamentos de seu segmento. Além do melhor espaço interno e ergonomia, traz mais conforto e segurança ao condutor, que pode contar com visibilidade de 360° na cabine durante toda a operação.

Item			Unidade	Parâmetro
Geral	Peso em ordem de marcha		kg	4600
	Contrapeso dianteiro		kg	400
	Contrapeso traseiro		kg	400
Motor	Fabricante		-	Shangchai
	Modelo		-	SC4H80.5G3 4 cilindros
	Emissão		-	MAR-I/Tier III
	Admissão		-	Turbo intercooler
	Rotação na potência máxima		rpm	2300
	Potência		kW (cv)	58.8 (80)
Transmissão	Dados	Tipo	-	Mecânico
		Posição das alavancas	-	Sincronizado
		Marchas	-	12Fx12R (24Fx8R Opcional)
	Reversão (Avançar e reverter)		-	Mecânico
	Tração		Tipo	4x4
	Bloqueio do diferencial traseiro		-	Mecânico
Eixo Dianteiro	Tipo		-	Coroa pinhão
	Oscilação		°	11
Embreagem	Tipo		-	Dupla
	Material		-	Ceramic sheet
Tomada de Força (PTO)	Tipo		-	Independente
	Acionamento		-	Mecânico
	Rotação 1		rpm	540
	Rotação 2		rpm	540E
	Potência		kW (cv)	51.5 (70)
Direção	Tipo		-	Hidrostática
	Bomba	Tipo	-	Engrenagem
Pneu	Padrão		-	12.4-24 R1/18.4-30 R1
Sistema Hidráulico	Bomba	Tipo	-	Engrenagem
	Controle Remoto	Saída	un	Dois conjuntos
	Engate	Tipo	-	3 pontos
		Categoria	-	CAT II
		Força de elevação a 610 mm	kgf	2100
		Força de elevação máxima	kgf	3000
Freio	Serviço	Tipo	-	Hidráulico
		Disco	-	Banhado
		Acionamento	-	Pedal independente
Capacidade	Tanque de combustível		l	140
Dimensões	Comprimento		mm	4340
	Largura		mm	2094
	Altura		mm	2742
	Distância entre eixos		mm	2260
Cabine	Certificação de segurança		-	ROPS
	Tacômetro, termômetro, indicador de combustível, luzes de advertência para pressão de óleo, alternador, rotação da TDP, ar condicionado e luzes direcionais			
	Sistema de iluminação composto de faróis dianteiros e traseiros			

Home > Produtos > Tratores > [Trator XT804-5EBR XCMG](#)



Trator XT804-5EBR XCMG

A linha XT804 de tratores da XCMG traz mais potência e conforto, a versão brasileira conta com um design que potencializa os atributos já consagrados pelos agricultores no mercado nacional.

Com a nova entrada de ar e seus 80CV de potência, é um dos mais potentes e equilibrados equipamentos de seu segmento.

Além do melhor espaço interno e ergonomia, traz mais conforto e segurança ao condutor, que, mesmo na versão com cabine, pode contar com visibilidade de 360° durante toda operação.

-  58.8 kW (80 cv)
-  4600 kg
-  SC4H80.5G3

[Download do manual](#)[Encontre um revendedor](#)



CNPJ: 14.707.364/0001-10
Razão Social: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA
N.º de registro no banco de dados do Ibama: 5596534
Data do último Acesso: 07/01/2026 11:14:02

[Manual do Serviços On-Line](#)
[Informar Acidente Ambiental](#)
[Sair](#)

Administração de Acesso Cadastro Técnico Federal - CTF/APP Cadastro Técnico Federal - CTF/AIDA Relatórios Serviços Financeiro Guia do usuário

Senhas de subsistemas
Alterar senha
Certificação digital

INFOSERV - Proconve/Promot

Caminho: [Serviços](#) >> [INFOSERV - Proconve/Promot](#) >> Detalhes Solicitação de Máquinas Agrícolas ou Rodoviárias

Acompanhamento de Solicitações - MAR

Dados da solicitação:

Número:	30462	Status:	Licença Emitida
Data:	03/12/2025		
Tipo da solicitação:	LCVM		
CPF/CNPJ:	14.707.364/0001-10	Solicitante:	XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA
Motor:	SC4HB0.5G3	Veículo:	IMA XCMG/XT804_5EBR/
Quantidade:	Ilimitado		
Agente técnico:	INSTITUTO MAU	Analista responsável:	LUIZ RAFAEL MARINSEK

IBAMA

MMA

CNPJ:

Razão Social:

N.º de registro no banco de dados do Ibama:

Data do último Acesso:

Administração de Acesso

Cadastro Técnico Federal - CTF/APP

Cadastro Técnico Federal - CTF/AIDA

IBAMA - Serviços On-Line

Consulta Motor MAR

Características do Motor I

Características do Motor II

Características do Motor III

Características do Motor IV

8 - Cadastro dos Componentes Anexos

Relação de Componentes Citados nos Itens Anteriores

Componente	Item do Anexo	Quantidade	Fabricante	O.B.D	Código
TURBO COMPRESSOR	5.2	1	Kangyue Technology Co., Ltd.	N	JP60S
BOMBA DE COMBUSTIVEL	4.1	1	DENSO	N	HP
INJETOR	4.1	4	DENSO	N	G3
ECU	3.1	1	DENSO	N	DC1W
MOTOR	1.3.1	1	Shanghai New Power Automotive Technology Company Limited	N	SC4H80 5G3

Manual do Serviços On-Line

Informar Acidente Ambiental

Sair

Consulta Motor MAR

1 - Descrição motor

2 - Características de Funcionamento

2.1 - Rotação da marcha lenta (rpm):

900±100

2.2 - Rotação de corte em carga (rpm):

caracteres: 7/200

2.3 - Rotação de corte sem carga (rpm)

 2484 ± 100

2.4 - Temperaturas de trabalho do óleo

87 °C ~ 120 °C

2.5 - Pressão máxima admissível na

01 0 120 0

2.3 - Depressão máxima admissível na admissão (kPa).

6,000

2.6 - Contrapressão máxima no escapeamento (kPa):

10,000

6.7. *Monocots of lower order* (Hedera)

3400140

2.7 - Momento de torção efetivo líquido máximo (Nm/rpm):

100

2.8 Retention of other liquids

caracteres:8/200

2.6 - Potência elétrica líquida máxima (kW):

59

rpm

2300

1000

O motor deve funcionar em marcha lenta por 3 minutos, aumenta-se gradualmente a

2.9 - Procedimento para a estabilização da temperatura de funcionamento:

velocidade ate
que a temperat

caracteres: 199/200



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério do Meio Ambiente
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBAMA

Nº 103725
LICENÇA PARA USO DA CONFIGURAÇÃO DE VEÍCULO OU MOTOR - LCVM
Licença válida até 31 de Dezembro de 2026

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, Autarquia Federal de Regime Especial, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, CONCEDE esta licença para a produção, importação ou comercialização do(s) veículo(s) conforme abaixo:

1 - INTERESSADO:

NOME: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA
CPF/CNPJ: 14.707.364/0001-10
ENDEREÇO: RODOVIA BR381 KM 854 /855 - Pouso Alegre
CEP: 37556-830

2 - CONFIGURAÇÃO DO VEÍCULO:

MARCA/MODELO/VERSÃO: I/MA XCMG/XT804_5EBR/
COMBUSTÍVEL: DIESEL
MOTOR: SC4H80.5G3
FASE DE ATENDIMENTO DO PROCONVE: MAR-1
TRANSMISSÃO: MANUAL
TIPO DO VEÍCULO:
QUANTIDADE: Ilimitado

3 - CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA:

1. manter fielmente as especificações de cada modelo;
2. submeter ao IBAMA qualquer alteração a ser introduzida no(s) veículo(s) ou motor(es) que possa(m) influir nos itens abrangidos neste processo;
3. prestar quaisquer esclarecimentos quando solicitados pelo IBAMA;
4. atender ao estabelecido nas Instruções Normativas Ibama nº 25, de 07/11/02, e nº 53, de 19/11/2004.

Esta licença/declaração somente terá validade para o(s) modelo(s) de veículo(s) relacionado(s) que não sofrer(em) alteração(ões) de projeto e ou componentes, constituindo-se em documento hábil, dentro de sua especificidade, para o atendimento à Legislação Nacional de Trânsito, de Comércio Exterior e Aduaneira

A licença/declaração poderá ser suspensa ou cancelada caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Brasília, 22 de Dezembro de 2025.

Assinatura Digital:

4691097CA56F6D39E0630C6E5A0A06D2